

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO

LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS:
a construção social da memória em Rollas

JÚLIO MOURÃO ARRUDA

RIO DE JANEIRO
2003

JÚLIO MOURÃO ARRUDA

**LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS:
a construção social da memória em Rollas**

Dissertação apresentada à Universidade do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Documento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Maria do Rego
Monteiro de Abreu

**RIO DE JANEIRO
2003**

JÚLIO MOURÃO ARRUDA

**LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS:
a construção social da memória em Rollas**

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Memória Social e Documento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Documento.

Aprovado em dezembro de 2003

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Mario de Souza Chagas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Myriam Sepúlveda dos Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

<<<Na figura do João, dedico este trabalho a todos aqueles que dedicam suas vidas a uma causa. >>>

“De nada valem as idéias sem homens para pô-las em prática” Karl Marx

Agradecimentos:

<<<À professora Regina Abreu, minha orientadora, por ter aceitado o desafio de realizar este trabalho e pela confiança depositada em mim.

Ao amigo, professor e companheiro Mário Chagas, que ao longo de minha jornada acadêmica ajudou na construção do meu pensamento intelectual e me fez perceber o mundo pela perspectiva da museália.

A toda comunidade de Rollas que me recebeu como muito carinho, abandonando muitas vezes horas preciosas de seu horário de lazer para conversar e fornecer valiosas informações para este trabalho.

Aos meus pais que desde sempre investiram na minha educação, esta dissertação é a prova da confiança depositada em mim.

A todos os meus amigos e companheiros, que de todas as formas contribuíram para a realização deste trabalho. >>>

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

Quem construiu a Tebas de sete portas?

Nos livros estão nomes de reis.

Arrastaram eles os blocos de pedra?

E a Babilônia várias vezes destruída –

Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas

Da Lima dourada moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros, na noite em que

A Muralha da China ficou pronta?

A grande Roma esta cheia de arcos do triunfo.

Quem os ergueu? Sobre quem

Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio

*Tinha somente palácios para seus habitantes? Mesmo na
legendária Atlântida*

Os que se afogavam gritaram por seus escravos

Na noite que o mar a tragou.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Sozinho?

César bateu os gauleses.

Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada

Naufragou. Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete anos.

Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.

Quem cozinhava o banquete?

A cada dez anos um grande homem.

Quem pagava a conta?

Tantas histórias.

Tantas questões.

(Bertolt Brecht)

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

Introdução.....	10
Metodologia, fontes, referencial teórico.....	18
Capítulo 1 - Construção social da memória.....	26
Capítulo 2 - Zona Oeste, Santa Cruz, Rollas: o lugar da periferia no espaço urbano carioca.....	50
2.1 - Formação histórica de Rollas	73
Capítulo 3 - Intelectual Orgânico, Narrador e Narrativa: A memória social como sentido produzido.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS.....	130

RESUMO

Estudo sobre processo de construção da memória social. Esta análise é feita a partir do estudo de caso das lembranças e esquecimentos do João, líder comunitário de uma favela em Santa Cruz.

Constituem objeto desta pesquisa análise histórica de Rollas e o uso da memória como instrumento de difusão de um discurso.

Este estudo utilizou o método antropológico da observação participante e a pesquisa documental.

Palavras chaves: Memória. Identidade. Santa Cruz

ABSTRACT

A study of social memory building process. The analysis is made after the case study of the memories of João, Rollas (Santa Cruz) community leader

Objects of research: social memory theoretical concept, Rollas historical process analysis and the use of memory as toll for divulging a given discourse.

The study followed participant observation anthropological method and documents research.

Key words: Memory. Identity. Santa Cruz.

Introdução

De fato, estamos vivendo uma época em há uma hipervalorização da memória. Nossos ouvidos já estão acostumados a ouvir os intermináveis debates acerca dos resgates das culturas perdidas, das celebrações de grandes acontecimentos, das construções de monumentos, entre outros temas. Nos recentes projetos de reformas urbanísticas os arquitetos mais antenados com a modernidade constantemente colocam em seus planos um museu ou um memorial, que será utilizado como âncora para atração de outros empreendimentos.

Este momento seria, portanto, de fundamental importância para os profissionais que de alguma forma trabalham com a memória. Entretanto, como museólogo, não vejo com entusiasmo este momento e sim com enorme preocupação. Inúmeras questões devem ser levantadas para compreender os mecanismos que levam esta sociedade globalizada, telemidiática e socialmente injusta a valorizar a memória, bem como desvendar que grupos sociais estão sendo favorecidos com esta nova realidade. As ondas celebrativas dos quinhentos anos dos “descobrimentos” da América e do Brasil apontaram os rumos que tomaram estas comemorações. Com um objetivo claro de promover uma celebração do encontro harmonioso das culturas européias, ameríndias e negras, negava-se os conflitos, as violências

e as contradições geradas por este encontro. Em meio a estas comemorações, surgiam movimentos que questionavam e apresentavam estas contradições. A articulação entre índios, negros, bem como dos trabalhadores e estudantes, fizeram com que estas celebrações não tivessem o êxito esperado, pois inúmeras manifestações contrárias a estes eventos foram realizadas e mesmo com a repressão dos governos não foi possível silenciar este movimentos. O resultado foi que tanto nos países de colonização espanhola como no Brasil, as comemorações dos quinhentos anos foram cingidas por espaços de questionamentos sobre o caráter predominantemente celebrativo.

Estes acontecimentos deixaram evidentes que as classes populares não são necessariamente contrárias às comemorações, o que parcelas destas classes reivindicaram o reconhecimento de suas memórias, enfim que suas marcas, mitos e heróis fossem respeitados e celebrados.

Minhas breves experiências em comunidades favelizadas do Rio de Janeiro como o Morro da Formiga, Nova Divinéia e Manguinhos, demonstraram que segmentos destas populações se mostram interessadas em contar sua história, em dar seu testemunho sobre a formação e solidificação da localidade onde habitam. Nas conversas era demonstrada uma constante preocupação com o desconhecimento por parte das gerações mais novas da história da comunidade. Sentem que os mais jovens não têm sentimento de pertencimento pela comunidade onde moram, assim poucos se interessam

pelos problemas da localidade, já que só alimentam o desejo de um dia poderem sair dali.

Tanto para mim, como para meus companheiros de faculdade que participaram destas empreitadas, esta experiência era percebida como uma novidade. Mesmo que nos colocássemos como defensores de uma Museologia que abordasse a questão das desigualdades sociais, culturais e econômicas do país, o curso não nos fornecia instrumental para desenvolver um trabalho de cunho museológico com os seguimentos das classes populares. Por este e por outros motivos - como falta de organização e de estrutura - não foi possível realizar um trabalho mais efetivo nestas comunidades, mas estas experiências nos deixaram claro que era necessário desenvolver pesquisas e projetos que divulgassem as memórias dos moradores das áreas favelizadas.

Ao conhecer a comunidade de Rollas, um loteamento clandestino e irregular localizado no bairro de Santa Cruz para realizar uma atividade em homenagem ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro de 2000), fui convidado por lideranças locais, a registrar a memória da localidade. Este convite era um verdadeiro desafio, tanto para as lideranças locais, pois, até então não haviam pensado na sistematização da memória de sua comunidade, como para mim, que já sabia das dificuldades de se realizar um trabalho deste porte sem as condições adequadas em termos de infra-estrutura.

Distante cerca de sessenta quilômetros do centro da cidade, Santa Cruz é considerada uma das áreas mais pobres do Rio de Janeiro. É lá que se localiza o bairro dos Jesuítas, que segundo pesquisa da ONU tem a menor taxa de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade, ou seja, seu nível de qualidade de vida se aproxima das regiões mais pobres do mundo. Já Rollas, é uma comunidade fruto de um processo de ocupação por lavradores em fins dos anos sessenta e que até hoje não conquistaram ainda a titulação da terra e nem mesmo infra-estrutura urbana. Apesar destes problemas, seus moradores sempre lutaram para se manter nesta terra, o que é considerado motivo de orgulho por todos. Assim, diante de tamanho desafio, não havia como um militante de seus ideais recusar a atender esta solicitação.

Nesta jornada meu grande incentivador, e como eu prefiro chamar, co-pesquisador, é o João. Ele é uma liderança respeitada por toda a comunidade, mesmo estando fora das associações locais por discordar das orientações políticas implementadas por estas.

A convivência cotidiana com o João me fez perceber nele a figura do *Intellectual Orgânico* na visão formulada por Gramsci, ou seja, um elemento de determinada classe social que dirige, educa e organiza os membros desta mesma classe. Pois, mesmo não tendo completado o primeiro ano do ensino médio, ele exerce com desenvoltura o papel de articulador político da comunidade em que vive e busca através da transmissão de sua experiência na

ação política educar e organizar os moradores da sua comunidade. Por ser possuidor de *capital social* que lhe *autorize* a função de *intelectual orgânico* na sua comunidade e por ser a memória, para ele, um fator de *educação política e de organização de massas*, o João foi pensado como elemento de referência no estudo de caso da construção social da memória em Rollas.

A reflexão sobre a construção social da memória dos moradores de uma área favelizada de nossa cidade está dentro de um quadro de compreensão da sociedade contemporânea. Este estudo de caso, procura mostrar que existe um processo em curso onde as classes populares começam a incluir em suas pautas reivindicatórias o direito a terem suas memórias respeitadas e divulgadas.

Há por parte de membros destes grupos uma percepção de que o processo de transmissão de suas reminiscências pode constituir-se em elemento aglutinador, diminuindo desta forma o impacto da homogeneização ocasionado por este processo. Deste modo, não é possível pensar a memória como tradicionalmente ela é analisada, como algo assentado no passado. A memória é dinâmica, viva, e o seu significado é atribuído no presente.

O processo de construção ou atribuição de significados à memória, antes objeto de apropriação dos grupos econômica, social e culturalmente dominantes, passa por um processo de reflexão por parte de alguns elementos dos grupos dominados. Assim, observado este fenômeno, a pesquisa tem

como objetivo aprofundar o estudo sobre o desenvolvimento deste processo em Rollas.

Localizada na antiga área rural de nossa cidade, Rollas foi ocupada basicamente por lavradores oriundos de diversas localidades da Região Sudeste; e, portanto, possuidora de uma diversidade étnico-cultural; seus moradores, hoje, constituem uma comunidade de trabalhadores urbanos.

Seja no momento em que se caracterizava como área rural, seja no momento em que se transformou em área sub-urbanizada, os moradores enfrentaram inúmeras lutas para manterem a posse da terra. Apesar de um cotidiano de espoliação; representado pelo baixo salário, pela escola precária, pela falta de transporte, pelo estigma de região violenta, fatores que são considerados geradores de ausência de auto-estima; esses moradores se orgulham da luta pelo direito a terra. Apesar de não concluído (já que não possuem escritura de posse e, portanto não são legalmente donos de seus terrenos), eles consideram o processo de luta pelo acesso a moradia uma conquista que lhes possibilitou constituírem uma comunidade.

O orgulho perceptível nos relatos dos moradores sobre a história da sua localidade demonstra mais uma vez que inúmeros grupos das classes populares estão desejosos de divulgar suas histórias, mitos e heróis, ou seja, afirmar a sua identidade local, contrastando com um processo de homogeneização presente na sociedade contemporânea.

Neste trabalho será apresentada uma parte referente à Metodologia, fontes e referencial teórico, onde estão descritas as bases teóricas que fundamentaram os estudos e os pressupostos metodológicos desta pesquisa.

No primeiro capítulo, *Construção social da memória*, haverá a formulação teórica do conceito de memória social. Os principais teóricos desta temática serão apresentados bem como aqueles que mais se aproximam da linha proposta por esta pesquisa.

No estudo das relações sociais em uma localidade o pesquisador, em muitos casos, passa a conviver mais no local pesquisado do que na região onde fixa residência. Refletindo sobre esta questão, os cientistas sociais costumam repetir uma frase do antropólogo Clifford Geertz, “os antropólogos não estudam as aldeias, eles estudam nas aldeias”. Com esta frase, Alvito (2001) inicia seu estudo sobre o espaço de Acari, e sob este princípio se baseia o segundo capítulo. Rollas é um espaço urbano do Rio de Janeiro e, portanto, fruto do processo histórico desta cidade. As relações sociais estabelecidas em Rollas estão ligadas ao modo que se deu a construção desta cidade, do *apartheid* social estabelecido, da expulsão da população indesejada das áreas centrais, do descaso das autoridades com a infra-estrutura das áreas periféricas, enfim, dos elementos que fazem o Rio de Janeiro ser conhecido como uma *cidade partida*. Este capítulo, então, se propõe a localizar a *aldeia* de Rollas dentro desta cidade.

A análise da trajetória de vida de um ator social é o ponto central da problemática do terceiro capítulo. É através da entrevista e da minha convivência com o João, que se reconstitui sua trajetória de vida e as condições materiais e intelectuais que forjaram sua forma de pensar e de agir. Neste capítulo, procura-se perceber a sua concepção de mundo à luz das formulações teóricas de Gramsci e Benjamin, analisando os processos que possibilitaram a fabricação de um intelectual orgânico que a partir de uma narrativa se propõe a desencadear um processo de construção ou atribuição de significado para a memória de seu grupamento social. Sua história de vida é a trajetória de um homem que aprendeu a ouvir, e a usar as informações ouvidas como elemento aglutinador de gente em torno de um ideal.

Nas considerações finais, busco sugerir pistas e tecer discussões sobre o papel da memória social. Neste sentido, ter consciência do poder do exercício da memória é condição elementar para a constituição de um ator social autônomo e consciente de seu papel histórico. O domínio da memória e de seus elementos constituidores, as lembranças e os esquecimentos, são as chaves para a compreensão dos mecanismos que regulam a coesão e as fissuras na sociedade.

Metodologia, fontes, referencial teórico

*Desse mundo desencantado, os deuses se exilaram, mas a Razão conserva todos os traços de uma teologia escondida: saber transcendente e separado, exterior aos sujeitos sociais, reduzíveis à condição de objeto sócio-políticos manipuláveis (as belas almas e as consciências infelizes dizem, eufemisticamente, “mobilizáveis”). A racionalidade é o nome da providência divina. Talvez tenha chegado a hora da heresia: A ciência é o ópio do povo.
(Marilena Chauí)*

Um pesquisador interessado em estudar o passado de um grupo social pode recorrer a fontes sistematizadas racionalmente pelos historiadores, os chamados documentos oficiais. Ele também pode optar por percorrer os caminhos da memória coletiva, uma fonte de pesquisa muitas vezes retratada como subjetiva, e das reminiscências individuais. Esta última apesar de aparentemente por em risco o racionalismo de uma pesquisa científica, permite ao pesquisador entrar em contato com o mundo vivido pelos atores sociais, com uma narrativa humanizada. Ao se unirem no objetivo comum de reconstruir momentos já vivenciados, o narrador e o pesquisador cruzam suas experiências.

A narrativa integra-se ao conjunto de esforços do homem, produtor de conhecimento, em registrar as versões de diferentes sujeitos históricos sobre suas experiências de vida e sobre sua integração em um grupo social ou mesmo em uma sociedade. Para que o homem tenha o maior contato possível com a realidade de vida dos agentes históricos é necessário que conheça suas

experiências individuais, suas visões de mundo, sua inserção no mundo do trabalho, suas relações familiares, enfim tudo aquilo que ajude a compreender suas práticas sociais. As revelações dos narradores denunciam as distribuições hierárquicas e os princípios que os regem. Assim, pode-se perceber a lógica da construção e do funcionamento interno de uma sociedade e de um grupo. Desta forma se conhece uma coletividade a partir de seu interior, em oposição às demais técnicas que projetam sobre um grupo esquemas formulados exteriormente, aplicando-lhe categorias definidas a partir de teorias que não lhes dizem respeito.

Esta experiência da narrativa foi pensada pelo filósofo alemão Walter Benjamin. No pequeno ensaio sobre o escritor russo Nikolai Leskov, *O narrador*, Benjamin recorre a um tema constante em sua obra; o declínio da narrativa, associado ao ritmo exorbitante da sociedade capitalista. Esta sociedade desenvolveu novas formas de expressão, como o romance e a informação jornalística. Se Benjamin aborda neste curto, mas precioso ensaio, a desvalorização da experiência narrativa e o fim da figura do narrador não é, entretanto, para lamentar o fim de uma época ou para anunciar uma “nova barbárie”. Seu objetivo é mostrar que na atividade do narrador pode ser encontrada uma missão que não perdeu sua atualidade: a retomada salvadora do passado sob uma nova perspectiva. O papel do narrador, portanto, é transmitir oralmente uma experiência vivida. Neste caso, ao optar pela

narração o pesquisador está remetendo-se a um momento da cultura onde a prática de contar histórias era utilizada como uma possibilidade de dar conselhos e transmitir conhecimentos.

A opção pela metodologia de relatos orais repousa na estreita relação existente entre experiência e narrativa. A experiência reporta a uma elaboração do fluxo do vivido que ocorre, no tempo, pela sedimentação e incorporação constantes do diverso e do plural que compõem a vida de um indivíduo e a narrativa é a forma de expressão afinada com a pluralidade de conteúdos e a constante mutação no tempo, características desta elaboração. Dessa maneira, os relatos de um sujeito da experiência têm o estatuto de registro desta experiência: um registro que é, concomitantemente, ocasião de elaboração e transmissão da experiência.

Nesta pesquisa, João ocupa uma posição análoga ao do narrador, aquele que transmite e retransmite idéias, informações e histórias. A análise desta narrativa possibilita o estudo das relações entre uma memória individual e a história de uma coletividade. O narrador é intelectual orgânico, aqui é pensado como um historiador local, um porta-voz de seu grupamento social. É a partir destes pressupostos que esta pesquisa se propõe a realizar um estudo das identidades e das diferenças no campo da memória.

A obra *Memória Coletiva* do sociólogo francês Maurice Halbwachs é o referencial utilizado neste trabalho para sustentar a tese de que a memória é

um fenômeno estritamente coletivo, que influencia as lembranças dos indivíduos, inaugurando assim no âmbito das ciências sociais os estudos acerca da dimensão coletiva da memória. Desta forma, a lembrança é um processo socialmente condicionado de reconstrução, que tem como suporte as estruturas relacionais, culturais e rituais de um dado presente. Isso significa que a lembrança não é uma questão de experiência apenas subjetiva de alguém ou de um tempo, mas está em compasso por espaço social com suas especificidades. Com este trabalho, Halbwachs rompe com as leituras subjetivas de uma “memória pura” e com as mecanicistas que defendiam que este fenômeno dependia exclusivamente de fatores biológicos. Em sua interpretação, a memória se estabelece como um fato social, devendo ser, portanto analisada a partir do relacionamento do sujeito com a família, com a igreja, com o ambiente de trabalho, enfim com a sociedade em que convive.

A questão da memória e suas alterações face às novas vivências do sujeito no presente foi intensamente analisada pela psicóloga Ecléia Bosi (1979). Em seu estudo sobre as memórias das pessoas idosas, a autora também vai se balizar pela concepção de memória proposta por Halbwachs, onde “lembrar não é reviver, mas refazer, repensar com as imagens e ideais de hoje as experiências do passado”. Através destas formulações, ela afirma que a memória não é sonho, mas fruto de trabalho, de construções e reconstruções, pois;

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. (1979, p.17)

Tal acontecimento ocorre já que são as repercussões de um fato que permanece na memória e não o acontecimento em si. Por ser um fenômeno múltiplo, multifacetado e fruto de uma série de momentos desiguais, a memória está longe de ser um simples registro ou arquivamento de fatos passados. A elaboração da memória se dá no presente, para responder às solicitações realizadas no presente, no instante da memorização. Sendo um ato do presente, é fundamental o trabalho de consciência na reelaboração dos momentos já vividos. Nesta perspectiva, o indivíduo que lembra torna-se protagonista da história e do saber a partir do cotidiano que delimita e expõe suas identidades, que se refazem a cada instante dentro da existência histórica.

Sendo assim, a principal riqueza da narrativa é a possibilidade de se compreender os processos que formam o discurso do indivíduo ou de uma coletividade. Equivale a dizer, com esta afirmação, que o alvo da análise é a maneira através da qual um determinado relato foi construído e articulado.

É neste sentido que o discurso enunciado deve estar articulado com a consciência de mundo e a posição social de seu veiculador. Para o sociólogo Michael Pollak (1992) ao reconstruirmos o passado, *o fazemos a partir da imagem que se tem de si, para si, e para os outros, pois quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios e para aqueles que nos rodeiam*. Fato que requer um sentido de coerência, de unicidade e de continuidade de uma pessoa ou de um grupo social, na reconstrução de si. Neste sentido, Pollak está questionando a visão harmoniosa do ato de lembrar, mencionado por Halbwachs, pois, para o autor a memória não é um fato natural e espontâneo, mas sim um processo seletivo e socialmente produzido e, portanto fruto de resistências e combates históricos. O ato de lembrar, como afirma Pollak, não se caracteriza pela coesão e pela uniformidade, ele é fruto de um processo de conflito e negociação. O sentido da memória não é permeado apenas pelo que ocorreu no passado, mas também no tempo presente e por seus conflitos. Neste caso, fica claro que há uma disputa de memórias entre o que deve ser registrado e o que deve ser descartado em um confronto de forças onde as representações são utilizadas como instrumentos de poder. Estes fatos implicam, portanto, no posicionamento político por parte daqueles que vão trabalhar com estas memórias.

Esta análise de Pollak está dando continuidade às preocupações levantadas por outros autores que em diversos momentos debruçaram-se

sobre a questão da memória. O próprio Benjamin em seu ensaio *Sobre o conceito de história*, deixa claro que, por estarmos vivendo em uma sociedade dividida por classes, a memória histórica de cada grupo seria objeto de disputa. Desta forma caberia ao pesquisador que não estivesse preso a um *continuísmo histórico* o papel de *escovar a história a contrapelo*. O passado também para Benjamin, não é compreendido como uma reconstituição absolutamente fiel dos acontecimentos ocorridos. Para Benjamin a tarefa do historiador é apropriar-se de uma reminiscência, *tal como ela relampeja num momento de perigo*, pois a história é objeto de uma construção, cujo lugar não é um tempo vazio e homogêneo, mas um outro repleto de *agoras*. A suspensão do tempo promove uma visão da história a partir de seu ponto final, a sucessão de *agoras* permitindo a compreensão da finitude do passado. Portanto, é o presente que nos interessa e que nos lança a uma ação. O passado, ao contrário, permanece na virtualidade, ele é essencialmente potência. Desta forma, no materialismo histórico benjaminiano, o passado se afirma como uma projeção no presente, pois é a partir do momento atual que são geradas as forças necessárias do fazer histórico.

Ao se realizar uma pesquisa sob tais perspectivas, também há uma aproximação com algumas das práticas consagradas pela antropologia. Como afirma Regina Novaes os estudos antropológicos não pretendem resgatar as *verdades dos fatos*, mas sim desvendar aspectos dos processos sociais nos

quais estas *verdades* foram produzidas. Assim, a antropologia é um estudo interpretativo que tem como objetivo refletir sobre a maneira como as culturas, sociedades e grupos sociais representam, organizam e classificam suas experiências. Um outro aspecto de aproximação com a metodologia antropológica se deve ao fato de haver um esforço consciente de se identificar com o grupo estudado, participando de alguma forma de seu cotidiano. É através da pesquisa de campo que o pesquisador interage com o universo concreto e simbólico do grupo estudado, podendo até compartilhar do projeto deste grupamento.

Por todos estes fatores pode-se afirmar a abordagem interdisciplinar desta pesquisa, já que os elementos que constituem a memória social aqui analisados se balizam em pontos de encontro entre disciplinas, tais como, Filosofia, Antropologia, Sociologia, História, bem como Museologia.

Através da trajetória de vida do João pode se encontrar e se revelar os símbolos presentes no imaginário dos moradores de Rollas. Seu depoimento é chave para compreendermos o processo de lembranças, esquecimentos e silêncios que constituem memória social de um grupo.

Sob esta perspectiva é que se aborda a narrativa como elemento fundamental na percepção da auto-imagem, sobre a qual o sujeito poderá conferir sentido a suas ações passadas, presentes e mesmo construir um projeto para seu futuro.

Capítulo 1 - Construção social da memória

Dizemos: afinal somos aquilo que pensamos, amamos e realizamos. E eu acrescento, somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos, as ações que cobrem as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos os únicos guardiões. Que nos seja permitido viver enquanto, de nossa parte, pudermos nos entregar a elas.

(Noberto Bobbio)

Em um século marcado por tantos conflitos, guerras e transformações, o acúmulo de informações foi de uma ordem nunca vista anteriormente em um mesmo espaço de tempo. A veloz sucessão dos acontecimentos que nos são relatados, não nos permite uma assimilação ou sua consideração em perspectiva; como consequência ocorre a massificação do indivíduo, dissolvendo, portanto, nossa capacidade de compreensão e impossibilitando uma visão crítica mais apurada. Paralelamente às mudanças de ordem econômica, assiste-se nos últimos anos a falência do modelo industrial fordista e o crescimento de um modelo de trabalho flexível. Mesmo as discussões em torno da cultura, da arte e da filosofia, voltam-se para um redimensionamento em processo. Assim, temos a constante sensação que perdemos o “bonde da história”, que estamos alienados do processo de construção da sociedade em que vivemos. Um dos efeitos da superabundância dos acontecimentos e, mais em geral, do excesso de informação que nos ameaça em nosso presente é o desnorreamento. Esta desorientação traz como resultado a forte necessidade de encontrar sentido para um presente que

parece imprevisível, estranho e inexplicável. A crescente velocidade das inovações técnicas, científicas e culturais produz uma quantidade tal de dados que dificulta nossa percepção cronológica. Em meio a este turbilhão de informações, estamos nos dando conta de que a tão temida barbárie ocorre a todo o momento sob nossas vistas. A verdade é que nem o controle das forças da natureza conquistada através das modernas tecnologias e dos novos conhecimentos científicos e nem mesmo o Estado democrático de direito nos livrou dos horrores da guerra, da fome e dos holocaustos, tão comuns no passado que se pretendia esquecer, tendo inclusive atingido dimensões nunca antes alcançadas. Por sua vez, a capacidade de autodestruição adquirida pela espécie humana, a emergência de crises ecológicas de nível planetário e o colapso da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, dentre outras decepções, tornaram bastante incerto o futuro que se esperava promissor. Com isso abateu-se um grande vazio existencial no homem pós-moderno, pois este assiste a inúmeras de suas verdades e crenças serem postas em xeque. O resultado deste processo segundo Hussyen (1999), causa um sentimento de nostalgia, ligado à dor da perda de nossas referências identitárias.

Neste modelo de progresso, os indivíduos contemporâneos querem refugiar-se nos acontecimentos marcantes do passado, pois seriam neles que estariam localizadas nossas certezas, nosso porto seguro. Através do passado

nos livraríamos do fardo e do pesadelo de um presente monumentalmente sufocante. Por meio desta tentativa de se estabelecer uma nova ligação com o passado, de se reatar o elo com ele, surge uma nova cultura da memória. Duvignaud, prefaciando Halbwachs (1990), mostra que é nos momentos de ruptura da continuidade histórica que as atenções se direcionam mais para a memória. Embora suas reflexões estivessem voltadas para o entendimento da Primeira Guerra Mundial, elas se aplicam à época atual, pois a revolução tecnológica traz consigo momentos de ruptura.

Na verdade este fenômeno recente da valorização das práticas da memória é percebido através da instalação de arquivos cada vez mais gigantescos, na construção de memoriais, nas ondas celebrativas, no recolhimento de depoimentos, entre outros. A função desta memória seria a de evocar e resgatar, um passado cada vez mais distante e externo aos sujeitos, pois só assim a sociedade contemporânea recuperaria sua subjetividade, evitando sua degeneração. Neste quadro, a memória representa uma tentativa de diminuir o ritmo do processamento das informações, de restringir a aceleração do tempo, enfim de conquistar um espaço de contemplação em meio a esta “era das incertezas”.

Esta reflexão contemporânea da memória entra em choque com as antigas concepções. Em outros momentos e em outras coletividades a memória tinha suas raízes em acontecimentos passados diretamente vividos

pelos sujeitos e transmitida como uma troca de experiências mútua, aberta a novas interpretações. A partir da tradição moderna ocidental a construção conceitual da memória passou a ser concebida como algo unicamente individual. Neste modelo, a memória é quase sempre entendida como a faculdade de reter e recordar acontecimentos passados, à qual corresponderia uma função unicamente psíquica, reprodutora de um estado consciente do passado do sujeito. A memória transforma-se então, em algo concreto, definido, cuja participação e acabamento foram realizados no passado e que cumpre apenas o papel de transportar tudo para o presente. Entretanto, é preciso compreender que esta definição contém diferentes significados, assim como cada um destes pode ser denominado por diferentes termos, por isso o estudo da memória requer uma análise mais complexa, como definiu Fentress e Wickham:

A memória é um processo complexo, não um simples ato mental; até as palavras que usamos para descrever (reconhecer, recordar, evocar, registrar, comemorar, etc.) mostram que a memória pode incluir tudo, desde uma sensação mental altamente privada e espontânea, possivelmente muda, até uma cerimônia pública solenizada. (1992, p.08)

Os gregos na antiguidade já discutiam questões referentes à relação entre a memória e o Homem. Segundo Vernant (1973), em seus estudos sobre

a mitologia grega, a memória era entendida como uma identidade sobrenatural, uma divindade de nome Mnemósine. Mãe de nove musas que ela procriou no decurso de nove noites passados com Zeus. Mnemósine era a protetora dos poetas, do adivinho e do rei-da-justiça (sábio). Todas estas personalidades têm em comum o dom da vidência para além da aparência sensível ou imediata das coisas. Entretanto, estas três figuras da Grécia arcaica não possuem apenas este dom, também são capazes de fazer acontecer por meio da palavra. Ao falarem, fazem com que aconteça aquilo que dizem, sua palavra é eficaz. Então, o que vê o poeta? O que advinha o mago? O que diz o sábio? A verdade. Em grego, verdade é uma palavra que se diz negativamente a-létheia (não esquecimento). Portanto, a verdade é não esquecer, por isso inseparável da memória. O poeta, o adivinho e o sábio são aqueles que não esquecem e não deixam o homem esquecer. O poeta recorda os fatos do herói, dos antepassados. O adivinho diz os feitos e os efeitos das ações dos deuses, é a testemunha dos tempos antigos, da era heróica, e por isso da idade das origens. O sábio diz a justiça, isto é, afirma que a ordem do mundo é governada por uma lei boa e justa. Desta forma, estes três personagens por terem em comum a verdade pertencem ao campo daqueles que detêm o poder da memória, os deuses e seus eleitos. A memória aparece então, como um dom para os iniciados. Ela é o antídoto do esquecimento. No mundo dos mortos deve-se evita beber a água da fonte do esquecimento

(léthe), e sim nutrir - se do líquido da memória (mnemósine), que garante a imortalidade. O resgate da memória significa, então, o meio pelo qual se garante a continuidade temporal, a transposição da condição mortal, enfim, a possibilidade de vida sem morte como os deuses.

Acreditando na existência de um plano onde estaria localizada toda a essência do conhecimento da vida o pensamento filosófico platônico foi responsável pela oposição da visão de memória como recriação e como resgate. Ao preconizar a busca pelo real absoluto, não haveria espaços para recriações. Temeroso pela perda do aspecto mítico da memória com a instituição da escrita, Platão a concebeu como uma *pharmakon* (veneno e remédio), prevendo as desastrosas conseqüências para a sociedade com a proliferação da escrita. Diante deste novo antídoto contra o esquecimento, Platão entendia que todo o ritual mítico da rememoração estaria ameaçado, pois os homens deixariam de cultivar a memória; confiando apenas nos livros e na escrita, só se lembrariam de um assunto por mecanismos exteriores, por meio das palavras, e não por si mesmos.

Esta na verdade, produzirá, na alma dos que aprenderem, o esquecimento, pelo descuido da memória, pois, filiando-se na escritura, recordarão de um modo externo, valendo-se de características alheias. (1975, p.45).

Em Aristóteles, memória e reminiscência são diferenciados, sendo que a primeira é o poder de conservar o passado e a segunda a sua ativação voluntária. Assim, no pensamento aristotélico a Mnemósine mítica, que pretendia revelar o ser verdadeiro foi dessacralizada, passando a ser pensada como a marca de nossa imperfeição, de nossa incapacidade em ser inteligência pura.

Os romanos, mais preocupados com a vida cotidiana e menos questionadores dos temas metafísicos, desconstróem o sentido divino e pensam a memória como uma arte. Em Roma observou-se o predomínio das técnicas mnemônicas como elementos auxiliares dos grandes retóricos nos exercícios de memorização para os grandes discursos. O desenvolvimento da técnica da retórica ou eloquência, destinada a persuadir e a criar emoções nos ouvintes através do uso eficaz da linguagem, se deu justamente a partir do uso das chamadas artes mnemônicas. No aprendizado desta técnica, consideravam a memória indispensável porque para ser considerado um bom orador, o poeta, o político, o advogado, teria que falar ou pronunciar um longo discurso sem ter que se apoiar em anotações. Os advogados romanos usavam a retórica para fixar os argumentos que desejavam apresentar perante o tribunal. Assim, a memória era considerada essencial para o aprendizado e os mestres da retórica criaram métodos de memorização, constituindo a chamada “memória artificial”. Da retórica, a memória era a quinta operação; *inventio* (encontrar o

que diz), *dispositio* (colocar em ordem o que se encontrou), *elocutio* (acrescentar o ornamento das palavras e das figuras), *actio* (reatar o discurso como um ator por gestos e pela dicção) e *memoria* (recorrer à memória). A memória constituía, portanto, como parte central do ensino da oratória, tornando-se depois uma técnica usada no aprendizado de outras disciplinas. Os romanos julgaram que a memória poderia ser utilizada pelos homens como um instrumento capaz de ampliar sua capacidade de aprendizado e de conhecimento.

A vitória ideológica do cristianismo e sua associação ao corpo imperial romano é um momento fundamental na cultura ocidental. O triunfo do cristianismo, segundo Le Goff (1984) faz com que a Igreja conquiste também o domínio intelectual e, por consequência, a concepção de memória. Pode-se descrever o judaísmo e o cristianismo, como religiões de recordação, pois apresentam em todo o corpo litúrgico a necessidade de lembrar como uma tarefa religiosa fundamental. O cristão é chamado a viver na memória das palavras dos profetas, dos apóstolos e do messias Jesus, já que todos falam em nome de Deus. A memória cristã também vai se manifestar nos momentos celebrativos como o Natal, a Páscoa, a Ascensão, o Pentecostes e cotidianamente na eucaristia. Ainda há as celebrações em torno dos santos e dos mortos. O cristianismo encontra no monge (santo) Agostinho um grande sistematizador de sua doutrina. Agostinho associava a memória com a própria

alma e não apenas como uma faculdade entre tantas outras, pois a recordação seria parte essencial do próprio ser. Em seu tratado *De Trinitate*, estabelece três funções da alma, a *memoria*, a *intelligencia* e a *voluntas* (memória, entendimento e vontade).

À medida que se fortalece o pensamento racionalista, decresce o papel da memória, tendo seu papel reduzido à condição instrumental, subordinada as funções da mente como a imaginação e a intuição. É durante o surgimento da imprensa que se pode situar a agonia das técnicas mnemônicas, e a marginalização da memória na tradição européia. A perseguição e a posterior execução do filósofo Giordano Bruno, teve como uns dos motivos o fato dele ser possuidor de teorias ocultistas de memória. A teoria clássica da memória formada na tradição da Roma Antiga é modificada pela escolástica, e desaparece dos compêndios escolares. Neste sentido, os estudos da memória vão abranger as áreas da psicologia, da neurologia e da biologia. Tomando-se a biologia como exemplo, constata-se que a investigação da memória biológica remonta pelo menos ao século XVIII. Marpertuis e Buffon apresentam a memória biológica como uma organização constituída por um conjunto de unidades elementares que exige para se reproduzir, a transmissão de uma memória para outra. Para o primeiro, a memória que dirige as partículas vivas para formar o embrião não se distingue da memória psíquica. O segundo defendia que o molde interior representa uma estrutura escondida,

uma memória que organiza a matéria de forma a produzir crianças à imagem dos pais. Durante o século XIX, vai se teorizar que as forças responsáveis pela transmissão da organização de pais para filhos, estariam localizadas nas células. Enfim, a ciência do século XIX trabalha com a idéia de uma memória permanente, ordenada como um sistema de traços arquivados nos depósitos de uma mente concebida como morada das sensações, impressões e conhecimentos .

O filósofo Henri Bergson traz, novamente, com a publicação do livro *Memória e Matéria* em 1896, a discussão do fenômeno da memória para o campo da filosofia com nexos com o psiquismo. Sua atenção estava centrada na fenomenologia da lembrança, pois sendo o homem um ser com memória, conserva o passado e o revê no presente, permitindo assim, a interpenetração destes dois estágios temporais. A memória seria então, a sobrevivência do passado. O estudo de Bérqson se expressa no binômio espírito/matéria e ambos possuidores de mecanismos próprios e diferenciados opondo-se entre si, a subjetividade pura e a pura exterioridade. Portanto, Bergson pensava em uma “memória pura”, que possuía um caráter pessoal evocativo, presente nos sonhos e nos devaneios que constituiriam autênticas ressurreições do passado, e em uma “memória hábito”, que seria o conjunto de comportamentos e esquemas ligados a percepção humana que permitiria a repetição de costumes e hábitos de maneira automática. Independente das conseqüências filosóficas

destas argumentações, ou do encaminhamento para uma metafísica, pode-se observar que estava lançada uma ponte entre o caráter individual da memória e sua existência coletiva no espírito.

Mapeando o sentido social das categorias do pensamento humano a Escola de Sociologia Francesa pensou a questão da memória como uma representação coletiva. O artigo de Durkheim *Representações Individuas e Representações Coletivas* (1970) procurava demonstrar o caráter coletivo das representações, defendendo que o mecanismo individual da memória fazia parte de um complexo social mais amplo. Durkheim estabelecia a impossibilidade de se compreender as representações coletivas a partir de uma dedução linear das representações individuais.

Qualquer representação no momento em se produz afeta, além dos órgãos, o próprio espírito, isto é, as representações presentes e passadas que a constituem. O quadro que vejo neste momento age de determinada maneira sobre tal ou qual as minhas aspirações, tal ou qual os meus desejos; a percepção que me ocorre encontra-se, pois, solidária com estes diversos elementos mentais. (1970, p.31)

Estabeleceu-se assim, uma analogia entre a memória individual e a coletiva, afirmando que não se podia limitar a primeira aos aspectos físicos, bem como não seria possível na segunda reduzir as representações sociais às individuais.

À medida que os aspectos sociais são considerados, em que há um predomínio do coletivo sobre o individual, vai se alterando substancialmente o conceito do fenômeno da memória, surgindo assim, a teoria da “memória social”. Coube ao sociólogo Maurice Halbwachs a tarefa de consolidar a compreensão do caráter social da memória. Halbwachs dando continuidade à linha teórica desenvolvida pelo trabalho de Durkheim, baseou-se no princípio de que o coletivo e o social precedem o individual e o psicológico. Apesar de não ignorar os aspectos mental e físico do homem para a produção de memória, sua análise privilegia a compreensão enquanto elemento oriundo da relação homem/sociedade. Para tal estudo, Halbwachs desenvolve a concepção de “quadros sociais de memória”. Nessa perspectiva teórica, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com as classes sociais, com a escola, com a Igreja, com o ambiente de trabalho, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiar a esse indivíduo.

Diríamos voluntariamente que toda a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ele ocupa, e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenha com os outros meios. (1990,p.51)

Isto significa que a lembrança não é questão de experiência própria de alguém, ou de um tempo, ou mesmo de um espaço social em sua especificidade, depende mais das remotas relíquias e tabus das estruturas sociais do presente do que da narração de coisas passadas. A lembrança reconstrói uma visão de passado combinando partículas da própria memória do indivíduo com símbolos e estruturas comunicativas do grupo social a qual pertence.

Privilegiando as estruturas e o coletivo, Halbwachs acaba por relativizar um princípio tão importante em Bergson, a capacidade do espírito conservar em si o passado em sua inteireza e autonomia. Desta forma, não é possível se pensar em uma memória pura, espontânea, ou unicamente interna, pois ela é determinada em seu contexto social. Nossas lembranças, portanto, só existem em relação às lembranças que convivem em torno de nós. Halbwachs resgata a memória na via da criação, ao repensá-la não como uma revivência, mas como uma releitura, uma reconstrução do que passou a partir da inserção do indivíduo numa coletividade e no momento presente que se sucede, como salientou Bosi:

A memória das pessoas também depende deste longo e amplo processo, pelo qual sempre “fica” o que significa. E não fica de mesmo modo; às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais

operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. (1979 ,p.27)

A afirmação de que a memória é social resulta de um processo de construção que produz uma pluralidade de memórias. Esta pluralidade se dá a partir das diversas experiências e interpretações dos variados grupos sociais, por isso remete à constatação de que a memória é seletiva. Esta seleção não se trata de ser determinante, uma espécie de seleção natural, mas ao contrário, como uma escolha, ou seja, compreendendo que neste processo de construção de memória nem tudo fica registrado. O momento vivido é que vai determinar a forma pela qual a memória de um grupo ou indivíduo será estruturada, já que rememorar não é o mesmo que viver novamente o passado, e sim um ato que não só acontece, como é provocado pelo presente; do passado retornam a nós acontecimentos que correspondem às nossas preocupações atuais. A lembrança, pois, é uma imagem construída pelos materiais que estão a nossa disposição no momento em que se desencadeia o fluxo da memória. As ocorrências, fatos, personagens, conhecimentos, sensações depositados na memória se organizam não só na presença de algo que se acrescente a eles, mas também em concordância com as experiências vivenciadas no momento, tal como afirma Halbwachs:

Não é o passado todo inteiro que exerce sobre nós uma pressão com vistas a penetrar em nossa consciência. Não é mais a série cronológica de estados passados que reproduziria exatamente os acontecimentos antigos, mas são aqueles momentos entre eles que correspondem as nossas preocupações atuais que podem reaparecer .A problemática não está em sua reaparição, mas na sua relação às idéias e percepções de hoje, ou seja, dessas relações. (1990, p.141, 142)

Isto significa que o passado é uma construção psíquica e intelectual, elaborada e selecionada a partir das problemáticas do presente. Portanto, há memória social porque há significações construídas, ou seja, há possibilidade de construção (atribuição de significações) para o grupo que recorda. A produção de lembranças seja nas narrativas orais ou nas escritas sobre o passado, seriam partes do processo e tomariam forma dentro do quadro de significações que lhes é dado pelo grupo no seio do qual serão contadas. Neste processo, a seleção das lembranças que são relevantes para quem recorda, contribui para a construção da identidade tanto individual quanto coletiva. A memória e o esquecimento tornam-se assim, fatores essenciais para a unidade, a continuidade e a coerência que compõem a construção da identidade de uma pessoa ou de um grupo. Esse caráter unificador da memória pode ser observado nas festas, celebrações e nas instituições preservacionistas (museus, bibliotecas, arquivos, entre outras.). A memória social pode ser assim reafirmada como expressão da experiência coletiva, pois

fornece identidade a um grupo, possibilita a coerência dos elementos diversos que a compõem, dá sentido ao seu passado e define as ambições para o futuro. Quando a memória é acionada por meio das recordações, o indivíduo ou grupo está elaborando uma representação de si para si mesmo e para aqueles com quem se relaciona. Como afirmam Fentrees e Wickham, a pessoa ou o grupo é aquilo que se lembra.

Um estudo da maneira como lembramos – a maneira como apresentamos nossa memória, a maneira como definimos nossa identidade pessoais e coletivas através de nossa memória, a maneira como ordenamos e estruturamos as nossas idéias na nossa memória e a maneira como transmitimos essa memória aos outros – é o estudo da maneira como somos (1992.p.20)

A memória foi também um dos primeiros alvos de investigação da ciência psicanalítica elaborada por Sigmund Freud. Entretanto, suas pesquisas sobre a memória constantemente falhavam, e a partir da interpretação dos sonhos renuncia a tratar a recordação para procurar antes uma teoria centrada no esquecimento. A recordação, que seria encobridora, só revelaria seus segredos se ligada às deformações que caracterizam o funcionamento psíquico, isto é: o sonho, as fantasias, os atos falhos, os lapsos e os sintomas neuróticos. Estas deformações teriam origem na infância, lugar dos desacertos e desencontros humanos. Freud percebia que nem sempre as lembranças

traumáticas se referiam a fatos realmente ocorridos, mas se tratava de fantasias, representações de desejo da pessoa analisada, construções feitas em tempos posteriores e colocadas firmemente no lugar de verdadeiras. Nesse sentido temos o que Freud chama de “formação de compromisso”, os traços tendem a voltar, porém, de maneira deformada, o que já implicariam em si mesmo uma construção. Portanto, para que um sintoma neurótico cessasse não bastava só recordar, mas através do passado revelado elaborar um trabalho de resignificação, dando um novo lugar às lembranças do paciente. Elaborando um novo significado para a verdade ao valorizar as fantasias, Freud demonstra que, para o conhecimento psicanalítico, a memória é uma permanente tensão entre a lembrança e o esquecimento.

Diante a impossibilidade de se tratar a memória como uma capacidade de reconstituir integralmente fatos passados, de se constituir numa espécie de *thesaurus* da humanidade, pode -se afirmar que a memória é um fenômeno que experimenta reconstruções, desconstruções, elaborações, motivados pelas lembranças e pelos esquecimentos. Isto significa que o passado não é um lugar distante e solidificado em um outro tempo, mas uma construção social elaborada a partir das problemáticas do presente. O fenômeno da memória se constitui nas significações construídas, ou seja, nas possibilidades de construção elaboradas pelo indivíduo ou mesmo para um grupo que recorda. Do momento vivido ao momento lembrado, muita coisa

aconteceu na vida de um indivíduo ou grupo social, e é neste lapso de tempo que se dá a construção do passado.

Ao analisar a memória como um movimento dialético onde lembranças e esquecimentos se fazem presente, deve-se pensar de que maneira ocorre este processo. Portanto, pode-se interpretar o fenômeno lembrar/esquecer como uma estratégia voluntária ou como oriundo de uma manipulação, fruto de uma pressão externa ao ser. É possível suprimir da memória aquilo que não é conveniente recordar, pois estes fatos não estariam em harmonia com as predisposições do presente de quem recorda, sendo assim estrategicamente descartado do processo. Este tipo de prática é afirmada por Fentress e Wickham (1994) quando demonstram que os grupos sociais tendem a recordar acontecimentos que *em primeiro lugar, pelo seu poder de legitimar o presente, tendo tendência a serem interpretados de maneira que seguem de perto (muitas vezes defrontam) as presentes concepções de mundo*. Portanto, na concepção destes autores, a memória não “perde” informações, mas são ignoradas, ou seja, houve uma espécie de filtragem no momento da transmissão.

O ato de esquecer pode ser também fruto de conflitos e divergências. Aqui, o movimento dialético lembrar/esquecer também é determinante, só que neste caso, ele é imposto. Analisando este tipo de manipulação do esquecimento, Le Goff afirma:

A memória foi posta em jogo de forma importante na lutas das forças sociais pelo poder. Se tornar senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da historia são reveladores desse mecanismo de manipulação da memória coletiva. (1984 ,p.13)

Por está razão é que a memória não é um terreno da neutralidade, pois através dela pode estar em jogo a distribuição de forças do poder. O homem ao perceber que poderia utilizar-se do passado como um campo de disputa do poder, passa a uma buscar desenfreadamente a elaboração de um passado do qual seria herdeiro, como descrito nas palavras de De Decca

Na monumental empresa de homens buscando elaborar um passado, a partir do qual se veriam como herdeiros, para isso revolveram a terra, numa pesquisa arqueológica sem precedentes, percorreram enormes distâncias em busca de materiais que permitissem a reconstrução de uma antiguidade, que se havia perdido com o tempo. Elaboraram pacientemente o passado como o outro do presente (...) Fizeram um recorte no tempo, separaram o presente do passado. Fizeram do passado um lugar limite do pensável, para que o universal pudesse se situar no presente. (1997, p. 4-5)

O marco desta empreitada humana se situa no momento em que a classe burguesa ascende ao poder, a partir das Revoluções Francesa e Industrial. A partir deste momento a memória se historiciza, no sentido de produzir culturas comuns, homogêneas, integradas e cidadãos padronizados, leais ao ideal burguês de sociedade. Foi uma fase de implementação de símbolos e cerimônias, e de reinvenções de tradições, manifestadas nas comemorações de datas que seriam importantes para o Estado-Nação (dia da República, das vitórias em batalhas, entre outras) e mesmo de um calendário esportivo, que culminaria em um evento mundial, os jogos olímpicos, ou seja, as celebrações locais, regionais e míticas cedem vez ao culto do poder estabelecido. Desta forma a burguesia amplia seu poder de dominação, apropriando-se também do passado e colocando sob seu domínio o tempo e a história, utilizando estes instrumentos como legitimadores, preservadores e divulgadores de seus ideários, como demonstra Cancline.

A burguesia não apenas se apropria da natureza e a privatiza através do domínio técnico, não somente se apropria do excedente econômico mediante a exploração social; ela também se apropria do passado, do passado dos grupos sociais aos quais oprime. (1983, p.108)

Esta forma de dominação pode ser feita através do estabelecimento de celebrações, comemorações, construção de monumentos, e constituição de

instituições preservacionistas, onde predominam os registros dos testemunhos materiais produzidos pelos detentores do poder, apagando-se da memória as lembranças de momentos decretados como incompatíveis ou indignos de serem preservados. As lembranças daqueles que não se adaptaram a este modelo, quando mencionadas, são vistas como exóticas ou mesmo deturpadas. Assim, são impostas normas que adaptam os membros de uma sociedade de forma a acreditarem na existência de uma absoluta e natural maneira de organização social, não transparecendo que houve qualquer tipo de imposição. Desta forma, mesmo a classe dominada registra os estereótipos oficiais, preconizados pela ideologia da classe dominante, usada para a manutenção do seu domínio. Bosi (1979), mostra este aspecto claramente quando entrevistou um senhor que trabalhou como funcionário palaciano de dois governadores paulistas. Apesar da convivência familiar com estes personagens, sua imagem deles em nada difere da versão produzida pela história oficial.

O funcionamento desta política cultural-ideológica remete os dominados a uma ordem social que orienta sua vida, seu trabalho e seu lazer, de modo que todas as suas condutas e relações mantenham um sentido que seja compatível com a organização social dominante. Esta prática é definida pelo cientista social Pierre Bourdieu como reprodução cultural, que se transmite por meio dos aparelhos ideológicos do Estado, tais como a família,

os meios de comunicação, o sistema educativo e conseqüentemente pela memória social. Através desta prática a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante e para a integração fictícia da sociedade em seu conjunto, portanto desmobilizando a classe que se encontra dominada. A suposta homogeneização desse campo torna possível apagar as diferenças ideológicas, fazendo com que as práticas e papéis sócio-políticos diferentes apareçam como idênticas e únicas. É por meio desses mecanismos que se procura criar a ilusão de uma homogeneidade sobre um corpo social que na realidade é diferenciado.

A partir destas indicações, pode-se afirmar que o fenômeno lembrar/esquecer, não se processa naturalmente, mas sim como fruto de disputas pelo poder. Assim, quando impõem mudança e submissão, os setores dominantes promovem o esquecimento a fim de que as referências do passado não se tornem obstáculos para a aceitação das novas formas impostas. Nesta manipulação da memória pretende-se fazer com que o esquecimento seja visto como um fenômeno natural, um processo espontâneo, causado unicamente pela passagem do tempo. Render-se ao fluxo do tempo é manter a lei, a ordem, a conformidade dos pensamentos e instituições que colocam a liberdade humana como uma utopia, que inibem qualquer investida contra o *status quo*. W. Benjamim percebeu que a luta do homem pela liberdade é uma luta contra o tempo, contra a continuidade (*continuum*) histórica.

O desejo consciente de quebrar a continuidade da história pertence às classes revolucionárias, no momento de sua ação.(...) Ainda na Revolução de Julho havia ocorrido um incidente em que essa consciência exerceu seus direitos. Ao anoitecer do primeiro dia de luta ocorreu que, em diversos pontos de Paris, simultaneamente, mas independentes entre si, foram disparados tiros contra os relógios das torres.(1991, p.162)

Este movimento mostra que aqueles que privilegiam o ideal de mudança, de inovação, de revolução, reivindicam uma nova concepção de tempo, para permitir que a parcela do passado esquecido ou renegado surja novamente. Com isto, Benjamin queria romper com a idéia de um mundo imutável, onde não cabiam alternativas, era possível construir uma outra realidade a partir da voz dos vencidos, violentados ou emudecidos.

Neste sentido, deve-se buscar o significado da memória social no presente. Deve-se entender a memória como um ato político, onde o que está em jogo é a escolha de nossas recordações e nossos esquecimentos. Portanto, esta decisão não deveria ser fruto de uma manipulação, deveria ser uma escolha livre, que permitisse ao homem se perceber como sujeito histórico. Ter liberdade na construção da memória é fundamental na constituição do homem como ser pleno em liberdade. Os moradores de Rollas ao usarem o recurso do “passado”, buscam a sobrevivência de uma memória marginalizada a partir das demandas do presente e da criação do devir. Assim,

se dará a construção de uma identidade social autônoma, onde será valorizado o seu processo histórico, em detrimento ao que é imposto pelos setores dominantes da sociedade.

Enquanto alguns grupos, por diversos motivos, renderam-se à força de uma memória construída oficialmente pelos poderes dominantes, outras, no entanto, conquistaram o direito de ter suas lembranças e seus esquecimentos interferindo no processo de construção identitária. Talvez estes grupos tiveram a oportunidade de perceber que a memória social não é todo o passado, nem a capacidade de lembrar o ocorrido há tempos atrás, nem mesmo a historização dos acontecimentos, mas um campo de disputas pela maneira de se ler os fatos passados.

Capítulo 2 - Zona Oeste, Santa Cruz, Rollas: o lugar da periferia no espaço urbano carioca

Na verdade durante este século, desde, a reforma de Pereira Passos e passando pelos planos Agache e Doxiades, a opção foi sempre pela separação, senão pela simples segregação. A cidade civiliza-se e moderniza-se expulsando para os morros e periferias seus cidadãos de segunda classe.
(Zuenir Ventura)

A formação histórica de Rollas está diretamente relacionada à questão da moradia, e conseqüentemente ao uso do solo urbano no modo de produção capitalista. Neste modelo econômico, a terra é também transformada em mercadoria. Entretanto, a terra é um bem *sui generis*, pois não pode ser reproduzido, ou seja, não pode ser criada pelo trabalho. A contradição se apresenta na medida em que só o trabalho cria valor, assim seu preço independe de sua produção. O elemento que irá estabelecer seu preço será o estatuto jurídico da propriedade privada, que estabelece como regra a capacidade do possível comprador em adquirir uma determinada faixa de terra. Esse mecanismo garante que um bem abundante como a terra, torne-se escasso e, portanto, caro, impossibilitando a uma parcela da sociedade o acesso a este bem.

É no seio destas contradições que se pode pensar na questão da moradia como de fundamental importância para a compreensão da segregação espacial na cidade capitalista. Na etapa contemporânea do capitalismo o

espaço urbano é constituído por diferentes usos da terra, reproduzindo assim a principal característica deste sistema, a luta de classe, como expresso por Silva e Silva.

O urbano enquanto categoria de análise é aqui percebido como um fenómeno histórico construído, expressando a organização social do processo de reprodução do capital, como domínio da instância económica sobre a estrutura social, sendo que ao mesmo tempo em que constitui uma expressão da exigência do modo de vida capitalista é, também espaço de luta entre as classes sociais que compõem a estrutura social deste modo de produção. (1989, p.17).

No modelo capitalista a localização da moradia no espaço urbano estabelece o grau de inclusão ou exclusão social, pois este fator irá determinar a facilidade ou a dificuldade do acesso a bens de consumo coletivo. Assim, a habitação não é apenas *abrigo*, é também a expressão dos conflitos sociais produzidos pela possibilidade de ter ou não acesso ao aparato urbano.

O processo histórico da formação da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, atesta o carácter excludente e segredador capitalista no uso do solo urbano para a habitação.

Pela divisão geográfica do município do Rio de Janeiro, a Zona Oeste abrange uma área que vai desde o bairro da Barra da Tijuca até Santa Cruz. Entretanto como estes bairros possuem, socialmente, economicamente e historicamente, enormes distinções, a prefeitura criou uma outra denominação

para efeitos administrativos. Por esta classificação, as regiões de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, por terem indicadores sociais similares estão incluídas na Área de Planejamento nº 5. Desta forma, quando surgirem referências neste trabalho sobre a Zona Oeste deve-se entender como as áreas que abrangem esta divisão administrativa.

A cidade do Rio de Janeiro desenvolveu-se desde sua fundação pelos portugueses em 1565, pelos arredores da Baía da Guanabara. Toda a vida social e econômica girava em torno deste núcleo central. Fora destas regiões encontravam-se as chácaras e sítios. Nas localidades mais distantes ficavam localizadas as fazendas e engenhos, além dos caminhos que ligavam às outras províncias. O desenvolvimento dos meios de transporte provocou um processo de incorporação das áreas mais próximas da região central como Tijuca e Gávea, no tecido urbano. Assim, muitas de suas antigas chácaras e sítios foram parcelados e transformados em casas de comércio. Enquanto isso, as áreas mais distantes, o chamado Sertão Carioca, continuavam sendo a região agrícola da cidade até meados do século XX.

Seguindo a análise elaborada por Fridman (1999), a Zona Oeste da cidade começou a ser colonizada ainda na primeira metade do século XVI. Grandes áreas, chamadas de sesmarias foram doadas pela Coroa Portuguesa a famílias nobres ou a ordens religiosas. Neste contexto merece destaque a região de Santa Cruz, que primeiramente foi doada a uma nobre família, e por

herança, passou a ser administrada pela Ordem dos Jesuítas, em 1616. Estes religiosos realizaram um notável trabalho de saneamento, abrindo canais, secando charques e transformando-os em pastos, além de regularizar cursos de rios. Estas terras passaram a ser conhecidas por Fazenda de Santa Cruz, um estabelecimento agrícola-industrial modelar, com oficinas de trabalho em olaria, tecelagem, carpintaria, curtume e ainda plantavam arroz, mandioca e feijão. Como era uma das únicas áreas da cidade que não possuía engenho de açúcar, a Fazenda era a grande abastecedora de produtos de subsistência para os habitantes do Rio de Janeiro. Com o decreto Real de expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas em 1759, a Fazenda foi incorporada a Coroa e com a independência do Brasil, ao Império, mas entrou em decadência econômica, sendo utilizada apenas como local de veraneio da família imperial.

Em 1856 a Estrada de Ferro Central do Brasil construiu um ramal para a Zona Oeste. A construção de ferrovias no Brasil tinha como objetivo o transporte de mercadorias, e este ramal seria utilizado para escoar a produção agrícola, especialmente do café da região. Outro objetivo era o transporte do gado, já que em 1871 o matadouro municipal foi transferido da Praça da Bandeira para Santa Cruz. Alguns núcleos populacionais cresceram ao longo da ferrovia, porém, de modo descontínuo e rarefeito.

Em termos agrícolas a região acompanhava os ciclos nacionais, a cana de açúcar e o café. A abolição da escravatura desencadeou o declínio de

vários proprietários de fazendas, pois a mão-de-obra escrava era o sustento de sua riqueza. Algumas fazendas foram desmembradas e a produção agrícola pode se diversificar. Esse processo atingiu seu apogeu com a crise internacional de 1930, quando o café brasileiro se desvalorizou no mercado exterior. Os exportadores então começaram a buscar produtos que apresentassem demanda. Nesse processo o governo colaborou com o incremento agrícola da região com a realização em 1936 de um grande projeto de Saneamento na Baixada de Sepetiba. A laranja em Bangu e Campo Grande e o tomate em Santa Cruz, transformaram o então Distrito Federal em uns dos maiores exportadores nacionais destes produtos. Entretanto a crise internacional gerada pela Segunda Guerra Mundial levou novamente a decadência das exportações brasileiras. Como consequência desta crise a terra passou a ser ocupada pela lavoura mista (chuchu, mandioca, batata entre outros) que tinha a função de abastecer apenas o mercado interno do então Distrito Federal. A atividade pecuária também encontrou espaço em parcela das terras, devido à proximidade do matadouro de Santa Cruz.

A partir deste período iniciou-se o processo de implementação de um modelo industrial de desenvolvimento. As primeiras manifestações deste modelo surgiram com a Revolução de 1930, quando houve um rompimento político com as elites agrárias e com seu sistema agro-exportador. Entretanto, este novo modelo de desenvolvimento só se consolida em meados de 1950,

quando se apresenta mais intensamente um processo de urbanização, consequência da industrialização. Neste período, o setor industrial torna-se o eixo principal da economia brasileira, bem como o maior gerador de empregos. Neste modelo a cidade assume o papel chave do projeto nacional-desenvolvimentista e como afirma Santos, no principal foco das relações econômicas.

A década de 50 pode ser tomada como um marco nesse processo de revolução urbana a que foi submetido a maioria das grandes cidades brasileiras. É nessa época que começa a ser impresso no espaço de modo sistemático e progressivo, uma ordem física correspondente à organização econômica da cidade capitalista em formação. (1980,p.24).

Mesmo que tardiamente em relação à Europa e América do Norte, o processo de urbanização iniciado no Brasil, trouxe as mesmas consequências. Enquanto nas cidades européias e norte americanas este processo foi se intensificando desde fins do século XIX, transformando por completo a dinâmica social do espaço nestes países já no início do século XX, nos países da América Latina surgiam as primeiras metrópoles. A partir deste momento histórico, a cidade, como observou Wirth, não é apenas um local onde vive um grande número de pessoas, mas um centro controlador do modo de vida de uma sociedade.

A influência que as cidades exercem sobre a vida social do homem é maior de que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não é somente, em grau sempre crescente, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas e as diversas atividades num único universo. (1976, p.91)

Diferentemente dos países anglo-saxônicos o processo de urbanização no Brasil foi de certo modo patrocinado pelo Estado, uma vez que, ao não promover reformas estruturais na propriedade da terra, caracterizada no Brasil por uma extrema concentração fundiária, ao mesmo tempo em que criava a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) amparando juridicamente os trabalhadores urbanos, foi responsável pelo êxodo rural de milhões de brasileiros que migraram do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

A opção por investimentos nas cidades por parte do Estado brasileiro atendia as pressões das grandes indústrias, em especial as estrangeiras, que desejavam financiamentos para seus empreendimentos como melhorias no sistema elétrico, de transporte, de abastecimento, entre outros. Estas empresas visualizavam o grande mercado consumidor que se constituía o Brasil, graças a uma política de substituição das importações. O sucesso financeiro destas empresas também dependia de mão-de-obra barata, proporcionado com as

levas de migrantes rurais que fugiam das agruras do sertão e desempregados nas grandes cidades que aceitavam vender sua força de trabalho por qualquer preço. Todo este processo de urbanização do país mudou o perfil de nossa população. Em 1950 havia 10 milhões de cidadãos contra 41 milhões de habitantes do campo, já em 1991 cerca de 75% da população era urbana, os dados do IBGE em 2000 nos apontam para um crescimento de cerca de 7% deste índice.

Durante a implementação deste modelo de urbanização, induzido pelo Estado, não houve uma preocupação em investir em infra-estrutura. Assim, as indústrias aproveitaram a infra-estrutura já existente para o desenvolvimento de suas unidades produtivas. Rio de Janeiro e São Paulo, onde os equipamentos urbanos eram superiores e onde seus habitantes possuíam melhores padrões de consumo, tornam-se as metrópoles difusoras do modelo brasileiro de desenvolvimento. Esta situação levou a uma concentração física de industriais e de correntes migratórias nestas cidades. A falta de planejamento marcou a tônica do urbanismo brasileiro.

A consequência da falta de planejamento levou a super valorização do solo urbano, pois as indústrias e o comércio começaram a ocupar os pontos mais centrais das cidades. Os pobres que já habitavam estas cidades e os recém chegados não podiam mais morar nestas áreas, pois além do alto custo do solo não mais havia espaço para a construção de moradias nestas

localidades. Assim, só havia espaços ociosos com custo da terra próximos de zero, pois não havia infra-estrutura, nas bordas ou margens do núcleo central, as periferias. Desta forma, a periferia não é apenas uma localidade às margens do corpo central, mas assume urbanisticamente características sociais e econômicas. Na cidade moderna, a periferia é a área da população de baixo status social e das correntes migratórias. Apesar de fazer parte do núcleo urbano, esta parte da cidade parece estar fora do processo urbanístico, como nos define Maricato.

Podemos caracterizar a periferia urbana como um espaço de residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaços que se estendem por vastas áreas ocupadas por pequenos lotes longe dos centros urbanos sem equipamentos de infra-estrutura. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer que também é desurbanizada à luz de certas técnicas urbanísticas. (1979, p.82).

A problemática da periferização da classe trabalhadora surge como resultante de um processo de segregação, consequência dos conflitos sociais na divisão do espaço urbano. Já no século XIX, Engels problematiza sobre a relação entre a burguesia e o controle do espaço urbano, chamando a atenção sobre a existência de zonas segregadas na cidade capitalista.

A extensão das grandes cidades modernas dá aos terrenos, sobretudo nos bairros do centro, um valor artificial, às vezes

desmesuradamente elevado. O resultado é que os operários vão sendo expulsos do centro para a periferia. (1980,p.147).

Esse fenômeno observado por Engels na Inglaterra se repete em todos os países que adotaram como modelo econômico o capitalismo industrial. O resultado é que os trabalhadores ocupam as áreas mais sujas, deterioradas e desprovidas de acesso aos bens de consumo coletivo, portanto desvalorizadas.

Este acelerado processo de urbanização, traz profundas mudanças no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro em um curto período de tempo. Na década de 50, 4 dos 16 distritos do Rio de Janeiro ainda podiam ser considerados como áreas agrícolas; Jacarepaguá, Realengo, Campo Grande e Santa Cruz, tendo como principal atividade a fruticultura. Entretanto a agricultura foi saindo de cena como atividade econômica do então Estado da Guanabara. Pressionado pelos empreendedores imobiliários que queriam espaços de baixo custo para construir imóveis que atendessem a demanda crescente por moradias, e pelos empresários ansiosos por financiamentos públicos nos setores industriais e comerciais, o governo deixa de investir no setor agrícola. A primeira região a sentir este impacto foi a Baixada de Jacarepaguá, que já em início dos anos 60 assiste a desativação da agricultura devido à falta de investimentos públicos para a manutenção e limpeza dos canais de drenagem, levando os agricultores a abandonar a região e a lotear seus terrenos, abrindo caminho para a especulação imobiliária. Esse processo

ocorre paulatinamente com outras regiões que abandonam a atividade agrícola para se perifernizar e abrigar a população excluída pelo modelo desenvolvimentista brasileiro. A Zona Oeste do Rio de Janeiro seria então a área destinada a receber essa população, seja a expulsa do núcleo central da cidade, seja vinda de outros estados, em especial do nordeste. Distante do centro entre 35 e 80 Km, e ligada por duas vias principais, a ferrovia e a Avenida Brasil, suas terras eram baratas, pois além da distância, não possuía infra-estrutura urbana. O governo Vargas já havia trabalhado na lógica de procurar separar os trabalhadores das áreas centrais da cidade, não mais através de expulsões como as realizadas pelo prefeito Pereira Passos, mas sim atendendo parcelas de suas reivindicações. Em 1945, durante sua administração, se constrói em Bangu o Parque Proletariado do IAPI (Instituto de Assistência e Pensão dos Industriais), um conjunto habitacional destinado a abrigar a classe trabalhadora, marcando a entrada da Zona Oeste na malha urbana da cidade.

Ao se transformar em um dos vetores da expansão da cidade em meados de década de 1960, a Zona Oeste perde suas áreas destinadas as atividades agrícolas e pecuárias, mesmo que ainda restassem alguns terrenos para tais fins. Esse processo de substituição de uso do solo rural para urbano segundo Priosti (2000), já vinha sendo desencadeado desde a desarticulação das atividades agrícolas na região quando os proprietários das fazendas e sítios

repartiram suas terras para recuperar o capital perdido com a falência do cultivo. Inúmeros produtores agrícolas que não tinham direitos sobre a terra (arrendatários e assalariados) foram expulsos e os terrenos passaram a ser destinados para fins habitacionais. O governo do estado além de por fim aos incentivos agrícolas, classificou esta região com potencial para a instalação de pólos industriais.

Ainda assim, nas áreas centrais da cidade permaneciam bolsões de moradias das classes populares. As classes abastadas não queriam ter como vizinhos os morros e favelas, entendidos por estes setores da sociedade como “espaços de marginalidade” (Pearlman, 1972). A erradicação das favelas gerou até uma campanha chamada de “A batalha do Rio”, lançada pelo então jornalista Carlos Lacerda, em 1948. As áreas favelizadas, além de se localizarem nos arredores das residências destes moradores, também ocupam áreas visadas para empreendimentos da construção civil. Portanto, para atender os setores que lhe davam sustentação política seria necessário que o Estado retirasse a população indesejável aos olhos das elites econômicas. Esta ação demonstra a entrada do Brasil em uma etapa capitalista avançada, pois Santos afirma que a segregação espacial faz parte do processo histórico de formação da cidade capitalista.

A história da evolução urbana recente pode ser resumida como a do progresso das maneiras de criar áreas privilegiadas e de “limpá-las”

das presenças indesejáveis ou impedir seu uso por quem não tem qualidade suficiente para consumi-las. Uma lógica coerente para um Estado que tem que decidir como e para quem alocar recursos urbanísticos. (1980, p.21)

As reflexões de Bourdieu sobre a sociedade contemporânea permitem perceber que a segregação espacial tem um valor simbólico fundamental para o acúmulo de capital. Ao prender em um lugar, a segregação provoca a experiência da finitude, não permitindo assim, uma perspectiva de mudança.

A capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) dos bens (públicos e privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis e ao mesmo tempo aproximar-se das coisas e pessoas desejáveis, minimizando assim o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos seus efeitos facilitando a acumulação de capital social e permitindo aproveitar continuamente encontros e ao mesmo tempo casuais e previsíveis. Que garante a frequência a lugares frequentados.

Inversamente os que não possuem capital são mantidos à distância, seja fisicamente, seja simbolicamente dos bens, socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas mais indesejáveis e menos raras. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar. (1997,p.164).

Foi então elaborada uma política de transferência da população favelada das áreas nobres da cidade¹ para conjuntos habitacionais. Os primeiros conjuntos construídos com esta finalidade, Vila Aliança (1964), Vila Kennedy (1964) e Dom Jaime Câmara (1968), se localizam em Bangu. Essas transferências só ocorrerem à base do uso da força, pois o país já vivia o regime militar e o poder público não mais precisava dos votos para eleger o executivo nem o legislativo. A operação de desmonte das favelas chegou a ter momentos dramáticos, como o uso de tropas do exército para garantir a remoção e os incêndios das comunidades do Morro do Pasmado (Botafogo) e da Praia do Pinto (Lagoa). As populações sobreviventes destas favelas, mesmo resistindo à remoção, foram abrigadas em Vila Kennedy, onde foram construídas 5505 unidades habitacionais e em Vila Aliança, com 2187 unidades habitacionais. Estes conjuntos foram construídos graças aos financiamentos da Aliança para o Progresso, programa norte-americano de assistência aos países em desenvolvimento, com objetivos claros de evitar revoluções populares como a de Cuba, em 1959. O governo militar também criara o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha como missão financiar os programas habitacionais das companhias estaduais de habitação e de empresas de construção civil. Mesmo sendo parte de um programa de financiamento de moradia para as camadas populares da sociedade, este banco

¹ No bairro da Lagoa todas as favelas (Praia do Pinto, Catacumba, Ilha Draga e Macedo Sobrinho) foram removidas.

era uma empresa de economia mista, por isto precisava se auto sustentar. Suas principais fontes de recursos eram oriundas das prestações e administração de conjuntos habitacionais. Com o objetivo de gerar receita, o BNH estabeleceu uma renda mínima de cinco salários mínimos para que uma pessoa adquirisse uma habitação popular. Esta exigência impedia que a parte mais pobre da população participasse de um financiamento. Desta maneira, pode-se compreender a criação do BNH como parte de uma política de segregação social, pois o que transparece é uma contradição absoluta entre sua proposta de financiar moradia para a população de baixa renda e sua essência como banco, que procurava se capitalizar criando condições para que a classe média urbana pudesse ser proprietária de uma casa.

No Rio de Janeiro os agentes da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) recebem vultuosas verbas do BNH para a construção de conjuntos habitacionais, de modo que se transformou na maior companhia habitacional da América Latina. A CEHAB escolheu como área prioritária nº 1 para implementação de projetos habitacionais o eixo entre Campo Grande e Santa Cruz. Prometeram para a região a implementação de zonas industriais e melhorias no transporte, tentando evitar o que ocorreu em Bangu, onde a situação econômica dos moradores dos novos conjuntos piorou, pois aumentou os gastos com a locomoção para o Centro da Cidade, local de seu trabalho, assim muitos dormiam nas ruas durante a semana. As melhorias no

sistema de transporte não aconteceram, mas a zona industrial foi instalada em Santa Cruz e posteriormente em Palmares, Paciência e Campo Grande. O Distrito Industrial de Santa Cruz tinha como empresa âncora a Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA), que atraiu indústrias do porte da Casa da Moeda, Companhia Brasileira de Alumínio, entre outras. A proposta de gerar emprego para a população que estava sendo removida para esta área da cidade não atingiu seu objetivo porque o plano não foi acompanhado de uma infra-estrutura que formasse uma mão-de-obra especializada de acordo com as exigências destas empresas. A instalação destas zonas industriais sem um planejamento mais elaborado acelerou o processo de especulação imobiliária e aumentou os problemas de ordem ambiental com a degradação da Baía de Sepetiba comprometendo, portanto, um importante pólo econômico de pesca e mesmo de turismo.

A política do BNH de construir conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, não trouxe o efeito esperado. A população transferida das favelas, em geral, não conseguia pagar as prestações mensais, devido, principalmente, às correções monetárias, como também aos inúmeros tributos que incidiam sobre o imóvel . Muitos mutuários pararam de pagar, outros depredavam os apartamentos para vender partes deles (portas, janelas pisos, etc), outros simplesmente os abandonavam. O alto índice de inadimplência levou o BNH a construir os chamados Conjuntos Habitacionais

Provisórios (CHP) para os devedores e para os desabrigados, que ali esperariam até a construção de unidades habitacionais de baixo custo. Um desses CHPs foi construído em Paciência (S.Cruz). Entretanto, o que era para ser provisório virou permanente, e as famílias ali abrigadas se transformaram em moradores, favelizando a região. Este CHP em Paciência recebeu como denominação popular favela do Aço, pois as casas eram feitas com contêineres.

Outros moradores, diante deste quadro, procuravam loteamentos periféricos, principalmente os ilegais que, por não possuírem nem infraestrutura nem serem legalizados, tinham preços acessíveis às camadas populares. Como observou Valladares, os expulsos do conjunto habitacional, mesmo não mais voltando para a favela de origem, buscavam áreas onde pudessem arcar com as despesas da moradia, mesmo que fosse esta um barraco, assim os loteamentos periféricos eram a solução viável.

Aqueles que não voltavam à favela não deixavam também, em certo sentido, de fechar o circuito: passavam a aumentar o cinturão periférico da metrópole, área onde praticam inexístia uma infraestrutura básica de serviços, e onde as condições de habitabilidade eram precárias. Se na periferia podiam possuir um lote de terreno, que antes não tinham, o que nele construíam era novamente um barraco. (1980, p.17).

Com o aumento da procura, cada vez mais áreas eram loteadas sem nenhum tipo de fiscalização por parte da prefeitura. De olho no crescimento dos lucros, os loteadores diminuíaam o tamanho dos lotes e os realizavam em locais sem condições para receber a população. Assim, surgiram verdadeiros bairros, loteados sem qualquer infra-estrutura. O fator de atração para a população de baixa renda não eram as obras realizadas na localidade e sim as condições de pagamento, pois o preço total do lote era dividido em prestações fixas mensais em baixos valores. Porém por um período mais longo, entre 8 e 15 anos, que acabam transformando o barato em caro. Os compradores também tinham a possibilidade de controlar as relações com o empreendedor, ao contrário das formas burocráticas de trato com os agentes oficiais. Essa familiaridade com os loteadores permitia a possibilidade de barganhar quanto às prestações, fato importante para os períodos de crise financeira motivados por doenças, desemprego, que costumam atingir a população carente. As casas eram construídas de acordo com a renda familiar, ou seja, parceladamente, na base da autoconstrução, ficando sempre a impressão de inacabada. Portanto, o que fazia o produto vendável era justamente a sua irregularidade, pois o atendimento das normas impediria a aquisição por parte do público que o procurava.

O Estado, como descreveu Coutinho (1985), não ofereceu obstáculos, nem ao surgimento desses loteamentos, nem a autoconstrução, pois o que era

para ser visto como um problema foi considerado a solução para o problema habitacional. Desta forma o poder público se isentou de investir neste setor, pois assim seu papel se restringiu a fiscalizar os impostos do imóvel construído. Alegando não poder dispor recursos para situações ilegais, o Estado também se isentava da responsabilidade de proporcionar direitos aquela comunidade, tais como saneamento e educação, como de realizar um mapeamento da situação de risco da área, incluindo neste caso tanto o riscos hidro-geológico quanto o riscos jurídicos e fundiários. O trabalhador, portanto, via-se obrigado não só a custear a construção de sua habitação, como a dos equipamentos coletivos (esgoto, calçamento, praças, etc), ou seja, o Estado utilizou mão de obra gratuita para urbanizar varias partes da cidade. Este procedimento omissivo do Estado em relação à política urbana se verificava nos dois tipos de loteamentos periféricos ilegais existentes, os clandestinos quando há falta de titulação ou de propriedade da terra por parte do loteador e os classificados como irregulares, quando os loteadores por não atenderem as normas urbanísticas não foram autorizadas a lotear o terreno.

A decretação por parte do governo federal da Lei 6766/79, pouco alterou o quadro de desordenamento urbano provocado pelos loteamentos ilegais. Mesmo sendo considerado um avanço em termos de política urbana, onde se determinavam regras à formulação e execução de projetos de parcelamento do solo, prevendo inclusive a possibilidade de prisão para o

loteador que não obedecesse as novas normas, na prática a lei pouco funcionou, por falta de interesse das autoridades competentes. Sua fragilidade estava no fato de facultar ao governo municipal a responsabilidade de regularizar e urbanizar os loteamentos que se encontravam em desacordo com as normas públicas. Como na prática a lei não foi usada com o rigor necessário, o que ocorreu foi a anistia dos loteadores, pois não obrigava-os a realizar as obras prometidas. O governo ao regularizar os terrenos, mesmo não realizando as obras necessárias, conquistava politicamente os moradores da localidade. Estes fatos indicam existência de uma conveniência entre a máquina pública da prefeitura e os loteadores.

A abertura política pela qual o Brasil passou ao longo da década de 1980 permitiu que os moradores das áreas ilegais na periferia das grandes cidades conquistassem alguns direitos. No Rio os movimentos que representavam estes moradores FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) e FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) ganharam força e passaram a ser reconhecidas e recebidas pelas autoridades públicas. Deu-se início, assim, ao acolhimento de algumas das reivindicações destes setores da sociedade. Em 1982 a vitória de um candidato, Leonel Brizola, que recebeu apoio destes movimentos ao governo do estado e conseqüentemente, conquista da prefeitura da capital (naquele período o prefeito da capital era escolhido pelo

governador), favoreceu o diálogo entre os moradores e o poder público. Foi então criada uma política de regularização dos loteamentos ilegais, além da realização de algumas obras de infra-estrutura. Esta política não resolveu a questão em sua raiz. Não bastava a entrega de títulos de propriedade, era necessária a criação de uma política de geração de emprego, e a inversão das prioridades de investimentos na cidade, onde a parte que concentra o maior poder aquisitivo, a Zona Sul, recebe mais financiamentos públicos, que a parte onde vive a população mais pobre, a Zona Oeste. As obras realizadas não tinham como meta uma transformação completa dos aspectos sociais da região, e sim conquistar os votos do maior colégio eleitoral da cidade. Em outras palavras, não se iniciou um processo de mudança estrutural na Zona Oeste, que manteve a mesma configuração espacial, de característica nitidamente segregada.

A antiga área rural durante o processo de urbanização foi se transformando em periferia. A favelização é o dado mais claro desta transformação ocorrida ao longo da segunda metade do século XX. Dados do IBGE mostram que em 1970 havia apenas 2 favelas na região de Campo Grande e Santa Cruz, estes números são próximos ao do relatório elaborado por Nunes (1974) que na mesma época, constata que, apesar da pobreza da área, praticamente não havia população favelada. Já em 1980 dados da prefeitura mostram a existência de 43 favelas, 348 loteamentos ilegais, de um

total de 430 em todo o município, além de 38 conjuntos habitacionais na Zona Oeste.

Nos anos 90, a taxa de crescimento demográfica do Rio de Janeiro é considerada nula, enquanto o aumento populacional da Zona Oeste é superior ao da própria cidade. Dados ainda não concluídos do censo de 2002 demonstram que, enquanto a população da cidade cresceu cerca de 0,73% nos últimos dez anos, a população da Zona Oeste aumentou em 2,07%. Mesmo considerando que este acréscimo é menor em relação ao registrado nas regiões da Barra da Tijuca e Jacarepaguá (2,90%), em termos de população em áreas subnormais - termo usado pelo IBGE para designar áreas favelizadas - Guaratiba e Santa Cruz foram as localidades que apresentaram maior crescimento demográfico, 12,71% e 9,99% respectivamente. Estes números apresentados demonstram que, mesmo não mais havendo crescimento populacional significativo na cidade, a população da Zona Oeste continua a crescer. Esta situação só é possível em virtude do decréscimo populacional de outras partes do município. Esta mobilidade espacial se dá justamente para áreas favelizadas, ou seja, a população se transfere para regiões onde possam arcar com os custos da moradia. Portanto, os excluídos do modelo econômico só têm acesso a moradia fora da cidade, a zona oeste, pois grande parte desta região está fora da legalidade urbana, fora dos padrões sociais de habitação.

Este quadro demonstra a persistência de uma política de segregação espacial. Mesmo que não haja mais a transferência forçada da população carente das áreas nobres da cidade, sua expulsão se dá economicamente. O preço do solo urbano destas localidades não permite que permaneçam morando ali. Assim, são obrigados a procurar abrigo em locais onde a falta de bens de consumo coletivo acabam por baratear o solo. O noticiário da imprensa comprova que a Zona Oeste é a região onde a população mais pobre da cidade ainda encontra áreas passíveis de serem loteadas ilegalmente e assim, servirem como local de moradia.

A cada ano surgem cerca de 90 novos loteamentos irregulares na cidade, principalmente nos bairros de Santa Cruz, Bangu e Campo Grande. Hoje são 583 espalhados por toda a cidade. Um número que parece crescer em velocidade acelerada. Até agosto de 1997 foram detectados 86 loteamentos ilegais, 11 por mês, e a previsão da Prefeitura é que chegue a 200 no fim do ano. Um salto de mais de 100% em relação ao ano anterior. (Jornal do Brasil 14/09/1997)

2.1 - Formação histórica de Rollas.

O breve histórico, aqui apresentado, deixa claro como ocorreu o processo de construção de uma área segregada, espaço de moradia das classes populares, na cidade do Rio de Janeiro. Os problemas vivenciados pela população da Zona Oeste podem ser identificados na Comunidade do Rollas. É em meio a este processo histórico e político que a Comunidade do Rollas surge e se solidifica como uma das áreas mais carentes da atuação do Estado em nossa cidade.

Com uma área total de 1.774807m, circundada pelas avenidas Antares e Cesário de Melo e pela rua Felipe Cardoso, a região onde hoje se localiza a Comunidade de Rollas era parte integrante da Fazenda Imperial de Santa Cruz. As divergências em torno da propriedade desta terra têm início a partir da entrada em vigor do regime republicano, quando o Estado brasileiro incorpora esta área aos bens da União. O governo republicano de início não mostrou maiores interesse na então Fazenda Nacional. Assim, além dos saques e depredações que ocorreram nas residências utilizadas tanto pelos jesuítas como pela aristocracia imperial, inúmeros lavradores e mesmo os latifundiários foram ocupando este área. O fato é que esta ocupação cresceu após a proclamação da República, pois mesmo durante o Segundo Império isto já ocorria devido ao descuido da Fazenda de Santa Cruz em benefício das

terras de Petrópolis. A indefinição quanto ao futuro da Fazenda Nacional foi um modo do governo não tomar uma atitude rigorosa contra os foreiros ilegais da área e, assim, não criar confrontos com a elite agrária.

Esta situação começa a se modificar quando, em 1938, o governo decreta uma lei onde é instituída uma comissão para analisar os títulos de propriedade daqueles que possuíam terras nesta região, a não apresentação ou o não reconhecimento resultava em devolução da área para a União. Esta lei estabeleceu, também, que o único direito daquele que se julgava prejudicado seria a indenização das benfeitorias realizadas na terra. Certamente o governo só tomou esta medida, pois havia instalado uma ditadura e seu projeto político não era voltado para as elites agrárias. Esta iniciativa iria detectar a real situação fundiária de uma área que abrangia não só Santa Cruz como parcelas dos municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu, Pirai, Barra do Pirai e Vassouras, já que tais terras faziam parte da fazenda de Santa Cruz pela medição de 1827. A partir destes dados, o Estado então estabeleceria um plano de colonização para estas terras.

O governo certamente não levou este projeto adiante, ou não o aplicou com rigor, pois em 1967 o herdeiro e responsável pela gestão da Fazenda, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), criou uma legislação para tratar das terras desta região. No sentido de dar uma solução aos conflitos de terras nas áreas da Fazenda foi elaborado o projeto Fundiário da Fazenda

Nacional de Santa Cruz. Este projeto visava regularizar a situação das terras da União que, segundo o órgão, estariam ocupadas em sua maioria por posseiros. O mesmo projeto permitiria o pleno domínio das terras para aqueles que possuíssem terrenos de até 1000m, onde o posseiro já devia estar há mais de um ano, sem que tenha havido contestação de terceiros e pagando os foros normalmente. A interrupção do pagamento por três anos daria direito ao proprietário, a União, de requerer o pedido de reintegração de posse.

Segundo os dados fornecidos pela Prefeitura², foi justamente neste período que a atual área da Comunidade de Rollas começou a ser ocupada por habitações. Estas terras estariam arrendadas ao comerciante português José Maria Rollas. Apesar do comerciante já ter iniciado um processo de loteamento da área, grande parte da terra se encontrava abandonada até 1966. As enchentes deste ano levaram inúmeras famílias de Santa Cruz, especialmente os lavradores, a ficarem desabrigados. Sob a liderança de João Chaboudet que alegava ter comprado aquela área, centenas de família ocupam estas terras. Atuando como grileiro Chaboudet começou a cobrar taxas aos moradores e aqueles que não pagassem seriam expulsos, inclusive com ajuda das forças policiais. No ano seguinte José Maria Rollas consegue na justiça a reintegração da posse do terreno. Ao receberem a notificação de expulsão, os moradores resistem e fundam a Associação de Lavradores de Antares para se

² Os dados aqui descritos fazem parte do relatório de diagnóstico do Programa Favela-Bairro em Grandes Favelas na Comunidade do Rollas

defenderem. Durante o processo judicial descobriu-se que Rollas também era posseiro daquela área, pois não havia pagado os impostos devidos, assim sendo, o terreno pertencia a União. Em 1978, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão sucessor do IBRA, entrou com uma ordem de despejo, a qual a população local também resistiu. Neste período, já rolava na justiça uma ação impetrada por Rollas contra o INCRA. Esta ação acusava o INCRA de ter cancelado o arrendamento de maneira irregular, por isto requisitava uma indenização por parte do governo federal pelos danos causados pelo cancelamento do aforamento. No ano de 2000, a 28 Vara de Justiça Federal deu ganho de causa à família Rollas.

Segundos levantamentos realizados pela COMLURB em 1999/2000 residem atualmente em Rollas cerca de 28 mil moradores, divididos em 7 mil domicílios.

Apesar de possuir características sociais e estruturais que permitiriam enquadrar a Comunidade de Rollas como sendo uma área favelizada, oficialmente a Prefeitura a classifica como área de loteamento irregular e clandestino.

Essa classificação por parte de um poder que se propõe *público* denuncia a relação de não inclusão a qual está submetida à comunidade de Rollas. Essa afirmação é corroborada pelas palavras de Santana:

A cidade como um todo, em sua totalidade deveria ser o lugar do cidadão, onde o cidadão se reconhecesse como tal. (...) Neste sentido, haveria uma identidade entre cidadão e cidade, local de efetivação de práticas cidadãs. A cidade pertenceria ao cidadão como o cidadão pertence à cidade (2000, pg.45)

Ora, o processo de inclusão social pressupõe o reconhecimento de uma relação de pertencimento, pressuposto negado pela sociedade aos membros da comunidade de Rollas. Um primeiro indício do não reconhecimento desta relação pode ser verificado na não aprovação ao projeto de lei nº. 431, de autoria do vereador Ari de Almeida. Este projeto, publicado no diário oficial – seção II página 1569 do dia 30 de julho de 1957, recebeu severas críticas da imprensa carioca da época.

Pela presente proposição visa o autor, vereador Ari de Almeida Costa, alterar o Código de Obras, inserindo-lhe diversas modificações tendentes a reconhecer loteamentos na zona rural, coletar prédios construídos em desobediência às posturas vigentes, incorporar lotes ao patrimônio municipal, ceder tais lotes de graça ou por venda sem hasta pública, criar escolas, postos médicos e de vigilância, reconhecer indiscriminadamente logradouros, legalizar “grilos”, anistiar devedores relapsos e autuados, criar novas zonas comerciais e industriais. (O Dia – 06 de agosto de 1957).

Este projeto, se aprovado, resultaria em um avanço significativo em termos de políticas públicas para questão habitacional, pois, previa a

regularização de loteamentos clandestinos, a construção de escolas e postos médicos e de vigilância, anistia aos devedores de impostos etc...

Este projeto mantém a sua atualidade por responder a questões não solucionadas até presente e por representar a emulação de práticas de cidadania. Porém cabe atentar ao fato da não aprovação na câmara de vereadores do Rio de Janeiro, o que nos permite inferir que a sociedade carioca, através de seus representantes, haja vista o sistema político brasileiro fundamentar-se no conceito e na prática da democracia representativa, não reconheceu essa relação de pertencimento entre o município do Rio de Janeiro e a comunidade de Rollas, que é a condição *sine quo non* de exercício de cidadania.

É fato de grande relevância as palavras dadas pelo diretor do Ecomuseu de Santa Cruz em entrevista ao jornal produzido por esta instituição, *O Quarteirão*, pois colaboram para este entendimento:

Na década de 60, havendo a desarticulação do projeto agrícola de Santa Cruz por falta de investimentos do poder público, e dado o fracasso do projeto de criação de um pólo industrial substitutivo; e somado a esses fatores o fracasso dos conjuntos habitacionais, o que se viu foi a rejeição das famílias tradicionais à seus novos vizinhos, tidos como invasores, pois sempre vimos a terra por eles ocupadas como as nossas terras, as terras de nossos pais. Acredito, também, que o sentimento de rejeição foi mútuo, porque eles também não queriam estar aqui, foram removidos de sua comunidade de origem com o desmonte das favelas do Pinto, do

Sobrinho, enfim, um processo de limpeza (no bom sentido) das áreas nobres do Rio de Janeiro.

O núcleo segregado é sem dúvida o espaço onde as diferenças sociais entre os moradores de uma mesma cidade se manifestam com maior nitidez. Quanto mais separada a cidade, mais visível é a diferença e mais acirrado é o conflito. Assim, torna-se espaço propício para o surgimento de movimentos reivindicatórios. Por meios destes movimentos se constrói a luta constante pela igualdade de direitos entre todos os moradores da cidade. Inúmeros moradores da região, como os de Rollas, apesar de não estarem mobilizados como estavam há décadas atrás, ainda lutam pelos atendimentos de suas reivindicações. Este descaso da administração pública com a região proporcionou a existência de inúmeros movimentos populares que reivindicam melhores condições de vida para a população local, questionando ao poder público o porque dos maiores investimentos ocorrerem nas áreas nobres da cidade. É através destes questionamentos, qual a razão de décadas de abandono e esquecimento, que algumas lideranças do movimento popular de Rollas começam a refletir sobre a possibilidade da memória de suas lutas passadas ser utilizada como instrumento de fortalecimento de suas lutas no presente.

Capítulo 3 - Intelectual Orgânico, Narrador e Narrativa: A memória social como sentido produzido.

A reclusão da favela pode exercer o papel disciplinar da prisão, diferenciando-se apenas numa certa desenvoltura em sua forma interna de se organizar. Paradoxalmente novas formas de saber vão sendo aí elaboradas e, como antídotos, vão rompendo os limites urbanos, sociais e culturais.

(Adair Rocha)

O que torna o operário em construção civil João de Souza Barbosa, 42 anos, nascido em Itaguaí, no ano de 1961, filho de lavradores analfabetos, ele mesmo analfabeto funcional até os dezessete anos de idade, tentando concluir o segundo grau, um líder comunitário preocupado com a construção da memória na localidade onde vive? Que caminhos me levaram a pensar este homem sem educação formal, sem instrução profissional, sem recursos financeiros como um intelectual orgânico de seu grupo social? Qual a relação entre as categorias narrador, intelectual orgânico e o processo de construção da memória?

Estas questões serão analisadas nas linhas subsequentes como fundamentos para considerarmos, posteriormente neste trabalho, a hipótese da memória como instrumento do *Poder Simbólico*, segundo análise proposta por Bourdieu (1989).

Para contextualizarmos a trajetória do homem simples, oriundo do meio rural, que se apresenta como uma possibilidade de narrador urbano e

intelectual orgânico das *classes subalternas* ou *frações dominadas* faz-se necessário uma explicação preliminar, no sentido de alcançar a compreensão do processo de fabricação de uma narrativa como *Significação*.

Fundamental para a análise desse movimento é a compreensão do discurso sobre o papel do *Intelectual Orgânico* na sociedade desenvolvido pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Em seus escritos Gramsci, afirma que os intelectuais são os agentes da transformação social, pois possuem a capacidade de fazer descobertas e de difundí-las.

Entretanto, Gramsci concebe dois tipos de intelectuais, de acordo com suas funções na organização social. Define como intelectual tradicional o pensador que acredita estar desvinculado das classes sociais, que está mais preocupado com as questões exteriores as de sua realidade social. Já o intelectual orgânico tem o papel de ser o agente determinado a organizar e reproduzir seu grupo social, fornecendo homogeneidade à classe que representa. Como elemento dirigente e organizador de sua classe, cabe ao intelectual orgânico ajudá-la a superar a visão fragmentada da totalidade. Para isso então, Gramsci sugere:

Repetir constantemente, e didaticamente (de forma variada) os argumentos que concorrerão para ampliação da visão das massas: e a elevação cada vez maior da cultura da massa, fazendo surgir dela mesma elite de seus intelectuais, capazes de uma ligação teórica e prática. (1989,p.27)

Esta formulação de Gramsci sobre a necessidade de educar as massas para que se conscientizem de seu papel histórico, encontra um referencial nas proposições do ideólogo da Revolução Russa, Vladimir Lênin, sobre o processo de construção de uma consciência de classe.

A história de todos os países atesta que a classe operária, apenas com suas próprias forças, tem apenas condições de elaborar somente uma política trade-unista, ou seja, a convicção da necessidade de unir-se em sindicatos, de travar a luta contra os patrões, de reclamar do governo essa ou aquela lei necessária aos operários (Lênin,. Apud. Gruppi 1978 ,p.34).

Segundo esta análise de Lênin, os trabalhadores, por si só, são capazes, apenas, de apreender o conflito de interesses entre patrão e empregado, porém, não poderão alcançar o nível do discurso político, ou seja, encontram dificuldade em atribuírem *significados* a uma realidade que não seja a capturada do real imediato. Sua visão é limitada, não enxergarão as relações de todas as classes entre si, de todas as classes com o Estado, com o poder político ou com o governo; portanto não estarão aptos a perceberem o real relacional.

Outra constatação, também, inspirada na tradição marxista, é a de que a compreensão do processo histórico nasce de fora pra dentro, ou seja, fora

das relações econômicas, das relações entre patrões e empregados. Esse nível de consciência é atingido através da apropriação crítica, de posições mais avançadas dos atores sociais que operam no campo da cultura dos grupos economicamente privilegiados. A elaboração dessa cultura mais avançada é concebida por intelectuais tradicionais com consciência das contradições da sociedade e do papel histórico dos seguimentos sociais excluídos ou das classes subalternas.

Este processo é analisado com maior profundidade e atualidade por Bourdieu, para quem as *diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.*

Bourdieu busca, na tradição neo-Kantiana, a concepção dos diferentes universos simbólicos como *instrumentos de conhecimento*, reafirmando desta forma o aspecto ativo do conhecimento.

Essas análises consideram a consciência de classe, mais especificamente a consciência das classes subalternas ou frações dominadas economicamente, como um processo socialmente construído. Essa constatação é apresentada pelo pressuposto antropológico de que os

indivíduos, assim como seus propósitos, ações e contextos, são culturalmente condicionados.

A mediação entre os indivíduos e os intelectuais é concretizada através da política, entendida por Gramsci como a *filosofia da práxis*, categoria desenvolvida a partir da premissa elaborada por Marx na fundamentação do socialismo científico, de que *os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de modo diferente; agora trata-se de transformá-lo*. A filosofia da práxis não tende a manter as pessoas simples em sua filosofia primitiva do senso comum, mas tende, ao contrário, a conduzi-las a uma concepção superior da vida.

Para Gramsci, a consciência dos grupos sociais subordinados é fracionada e desigual. Seu pensamento se baseia em duas concepções de mundo conflitantes, uma retirada das idéias oficiais difundidas pela elite economicamente dominante, e outra decorrente da experiência prática que se adquire na realidade social. Uma filosofia revolucionária consistente deverá, portanto trabalhar com esta ambigüidade. Esta filosofia não seria uma formulação puramente abstrata, mas desempenharia a função de consolidar um bloco social e político unificador e organizador. O papel do intelectual, em outras palavras, é o de forjar os elos entre a prática e a teoria objetivando a criação de um campo cognitivo homogêneo.

É justamente na atuação política do meu co-pesquisador, que atua no movimento social pelo acesso à moradia, que encontrei um referencial para o estudo de um processo de apreensão da memória como elemento de aglutinação de forças objetivando a construção de um projeto político. A partir desse ponto percebi, em João, uma movimentação que indicava a sua trajetória de vida, através de analogias, como um referencial para a fabricação de uma narrativa coletiva que fosse portadora de uma *Significação*, no caso, uma identidade coletiva para os moradores da sua comunidade. Esse movimento me levou a localizar em seu discurso um dos mecanismos de fabricação da memória social como um instrumento portador de *Significação* e produtor de *Significados*.

João nasceu em Itaguaí no ano de 1961, filho de lavradores sem terras analfabetos. Até aos doze anos nunca havia freqüentado uma sala de aula, apesar de inúmeras tentativas infrutíferas de sua mãe para matriculá-lo. Uma das razões apontadas, por nosso personagem, para o insucesso materno foi à ausência de domínio do processo comunicacional formal. Vale ressaltar que a compreensão desse mecanismo de exclusão social não foi imediata, mas posterior, e só foi possível a partir da incorporação de novos elementos ao seu acervo pessoal de *significantes* e *significados*.

Minha mãe foi diversas vezes em diversos colégios tentar arranjar vaga pra mim e nunca conseguiu, então, eu vendendo picolé...Aí

eu passei num colégio... Devido ao fato de eu ser muito novo as mulheres falaram: “tadinho, vendendo picolé, olha só que coisa bonitinha”. Aí eu me aproximei e aproveitei a oportunidade e conversei pedindo que eu estava sem estudar... Elas... :” não tem vaga não, mas... Vou arrumar uma vaga pra você “. Então, essa questão dava pra notar o seguinte: um dos fatos pelos quais minha mãe talvez... até a questão da vaga, era o fato, talvez, de não ter uma noção mais clara de se comunicar, devido ao fato de não ter estudado. Fui para o colégio praticamente sozinho...”.

Este depoimento, dado este ano, induz a duas considerações: a primeira nos diz a respeito da compreensão da língua como *Sistema Simbólico* que atua como instrumento de (exclusão social) *integração social*. A segunda é a presentificação do passado em sua narrativa, pois, as suas reminiscências são (re)-interpretadas à luz da aquisição desses novos significados.

É sintomático que as reminiscências da figura materna estejam mais presentes em sua narrativa que a paterna. Apresentada como uma figura revolucionária para sua época, conforme relata, João considera como a maior herança mnemônica de seus pais a contribuição constitutiva de sua mãe em relação a sua trajetória, atribuindo-lhe o seu despertar para a necessidade de estudar e freqüentar a escola.

Ela não estudou nada, todos os valores que ela tinha era da própria terra do próprio dia a dia dela... Valores, assim, imensos que você nem vê direito da onde veio esses valores. Então, quando você dizia: vou fazer isso... Ela dava maior força, maior estrutura.

Então, quanto à questão da escola, o incentivo veio principalmente da minha mãe, meu pai já era meio largadão.

No estudo de Benjamin, o *narrador* tende a identificar-se com os elementos marginalizados da sociedade, identificação também presente na trajetória de João, confirmada no seu depoimento.

E naquela ocasião a gente viveu situações complexas. Era mais ou menos, eu não lembro bem o ano, da influência do malandro na cidade do Rio de Janeiro. Você via aquele pessoal de calça branca, camisa branca e sapato branco. Era uma auto defesa do proletariado, era mais ou menos o malandro. O cara que vinha para te defender. Se ele via criança na rua ele defendia. Ali vivi muitas situações. Vi colegas que engraxavam sapatos comigo e hoje estão todos mortos por causa da questão da marginalização. Se não tiver um apóio muito forte da família, o cara começa a roubar e termina morrendo na criminalidade. Vi muita gente na beira da calçada, vi muita covardia, mas eu, particularmente, não sofri muito esse efeito. Talvez dado a criação que a gente teve, aquela criação bastante cristã de “sim senhor, não senhor.”

Aos doze anos, João, por iniciativa própria, matricula-se em uma escola, para, antes de completar um ano de frequência, abandonar as salas de aula para trabalhar como engraxate, na rodoviária de Mesquita.

Porém, a escola sempre se apresentava como enigma, a legenda: *decifra-me ou te devoro*, emergia como uma metáfora que se configurava

numa leitura menos lírica e mais ameaçadora: freqüenta-me ou permanecerás excluído.

Sob a percepção de agente de inclusão social, a escola surge como *Instrumento do Poder Simbólico*, portador de um *enunciado*, detentor do poder de legitimação. João tem a percepção de uma das faces desse instrumento que é a faculdade de agente de integração social.

Aos dezoito anos é dispensado pelo exército, que nesse momento representava uma forma imediata de inclusão social, haja vista que, o poder militar ocupava a posição de classe dirigente do aparato estatal brasileiro, neste período, situado cronologicamente no ano de 1978. Matricula-se, então, mais uma vez, numa escola, desta vez, em um curso supletivo.

Suas recordações mais significativas, deste período, rememoram as aulas de inglês que eram ministradas por um professor militante do Partido Comunista Brasileiro.

Tive diversos professores de uma visão política muito boa. Inclusive eu lembro muito bem do Jair, que era na ocasião do PCB, Partido Comunista Brasileiro. Ele dava aula de inglês, mas ele dava mais aula de política do que de inglês.

Vale a pena nos determos, por um breve instante, nesta primeira experiência da nossa personagem com a política, categoria que deste

parágrafo em diante, substituiremos por um conceito pertencente à mesma natureza e de maior ocorrência, que é a cidadania participativa.

João, hoje, está tentando completar o ensino médio, entre diversas interrupções e reinícios, o que só vem a reiterar a consagração da escola como instrumento de inclusão social no imaginário das classes desfavorecidas. Porém, uma observação acompanhada de algum rigor científico levará a percepção de que a escola é um espaço consagrado de transmissão e disputa pela hegemonia de discursos ou, para citar Bourdieu, um espaço de luta pelo *Poder Simbólico*.

O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo. (1989,p.23)

A escola foi um dos locais onde o nosso colaborador decodificou novos signos de representação da realidade ou, adotando uma terminologia gramscianiana, adquiriu uma concepção crítica do mundo.

Gramsci parte da premissa de que o homem, pelo simples fato de ser homem e, portanto, possuir uma linguagem, é possuidor de uma concepção de mundo que o torna, mesmo que de uma forma simples, um filósofo. Porém,

essa concepção de mundo se processa de forma acrítica, espontânea, sem consciência de si mesma, resultando de influências diversas e contraditórias oriundas de um processo social latente. Diante dessa *consciência subordinada, não crítica e não consciente do que é*, a questão a ser equacionada, segundo Gruppi é:

Elaborar a própria concepção do mundo consciente e criticamente, e portanto, em conexão com esse trabalho do próprio cérebro, de escolher a própria esfera de atividade, de participar ativamente na produção da história do mundo, de ser guia de si mesmo e de não mais aceitar passivamente do exterior a marca da própria personalidade. (1978, p.65)

Como já visto anteriormente, Gramsci está fazendo referência ao fato de que as classes sociais, dominadas ou subalternas, participam de uma concepção de mundo que lhes é imposta pelas classes economicamente dominantes. E, segundo a sua teoria, a forma de superação dessa concepção acrítica e não consciente, no sentido de participar ativamente na produção da história é operada através da política.

Essas considerações são fundamentais para a compreensão do processo de fabricação de um intelectual orgânico das classes subalternas. A partir desse contato com a política, viabilizado pela escola, João começou a

perceber o mundo sob uma nova perspectiva, ou numa visão antropológica, enriqueceu com novas aquisições o seu acervo de significantes e significados.

Nesta etapa de sua trajetória ele se encontra no estágio de assimilação e incorporação de novos *significantes*. Ainda lhe falta a faculdade de atribuir *significado*.

Eu tinha de vinte e três para vinte quatro anos, há uns dezoito, dezenove anos atrás... Naquela época, o movimento estava em ascensão; principalmente no Rio de Janeiro, principalmente na Zona Oeste. Então, aquele negócio começa a te despertar alguma coisa. Outro lugar que tem uma responsabilidade muito grande nesta minha postura de agitador (risos). É a questão da igreja católica, naquela ocasião à igreja católica estava numa posição política muito boa. A CNBB. Fazia-se a TLC que é Treinamento de Liderança Cristã em Santa Cruz. Programava e levava o pessoal para outros lugares e dava praticamente uma aula de solidariedade. Tudo na linha do cristianismo, mas, de certa forma, numa linha bem avançada. (...) Quando eu tinha vinte e um até vinte e três anos que a gente começou a ter uma certa formação política nesses contextos, tanto no colégio como na questão da igreja, pois eu era do grupo jovem da igreja Católica.

O que irá caracterizar o *Intelectual Orgânico*, é que este exerce o papel de dirigente, organizador, educador e, principalmente, de formador de consciências do mundo social. Em síntese, para Gruppi, este tipo de intelectual é um elemento possuidor da faculdade e intenção de atribuir significado, ou seja, detentor do *Poder de Nomeação*.

O que decide para Gramsci não é mais, como em Marx, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. O intelectual, ao contrário, é o quadro da sociedade; mais exatamente o quadro de um aparato hegemônico. Nesse sentido, mesmo um sargento semi-analfabeto é um quadro e, por conseguinte, um intelectual. O trabalhador rural dirigente de uma liga se é um dirigente capaz, mesmo que seja analfabeto ou semi-analfabeto, é um intelectual, na medida em que é um dirigente, um educador de massas, um organizador. (1978, p.82)

Este elemento estará sempre tentando convencer, tornar hegemônica a sua concepção de mundo, a sua narrativa, ou seja, o seu discurso. A sua representação do real se realiza na conversão filosófica e o seu canto de sereia é o processo histórico sendo contado e recontado sob o ponto de vista da luta de classes, a luta incessante entre trabalhadores e patrões, entre o Capital e o Trabalho. O conhecido enunciado de Marx, *a história da humanidade é a história da luta de classes*, é o sentido para esta concepção de mundo.

Segundo Bourdieu, o detentor do *Poder de Nomeação* se constitui a partir do seu *Poder de Evocação*, capaz de fazer falar uma classe ou grupo social. Ele é e sente-se autorizado a falar em nome de uma coletividade.

O mistério do processo de transubstanciação que faz com que o porta-voz se torne no grupo que ele exprime só pode ser penetrado por uma análise histórica da gênese e do funcionamento da representação, pela qual o representante faz o grupo que o faz a

ele: o porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem. (1989,p.28)

O instrumento de legitimação e de delegação de autoridade, no caso estudado, é a assembléia do movimento comunitário, instância coletiva de decisão e de delegação de representação política. E esse instrumento encontra na manifestação pública um *aparato teatral da classe em representação*.

Hoje eu chego no movimento e proponho, eu tenho a minha proposta, eu tenho a minha visão bem clara do que eu quero. Naquela época eu ainda tinha a minha visão um pouco turva. Agente participou de lutas como foi a luta que a gente fez para conseguir o CIEP. Que é o CIEP 1º de Maio que existe lá na comunidade. Na ocasião, o CIEP foi construído no governo do Brizola. Em seguida foi até aprovado um... Porque o CIEP era primeiro de Maio na assembléia e a gente foi obrigada a fazer valer o nome no dia da inauguração, com faixas, cartazes... Para conseguir fazer com que o nome do CIEP fosse 1º de Maio, mesmo, porque eles queriam botar o nome de Alberto Pasqualini no CIEP.

A autoridade de João é confirmada pela desenvoltura com a qual se movimenta nos diversos espaços e instituições da comunidade e também pela vasta rede de relações pessoais e sociais, que o tornam um referencial para os moradores. Esse fato foi observado durante a entrevista realizada em sua casa, pois, a todo o momento havia a interrupção de um vizinho em busca de um conselho ou opinião sobre determinado assunto; ou mesmo uma pequena caminhada até o ponto de ônibus que me parecia interminável pelo mesmo motivo.

Esses pequenos acontecimentos cotidianos que eu observei constantemente durante minha pesquisa de campo atribuo ao papel que João exerce como intelectual orgânico, ou seja, dar homogeneidade e consciência a sua classe, ou melhor, dizendo, a seu grupo social.

Desta forma, espero haver concluído a descrição do processo de fabricação de um intelectual das *classes subalternas*, portador de um capital político ou de *capital simbólico*, haja vista que, é fundamentado na crença e no reconhecimento que o grupo social deposita no *Intelectual Orgânico*. Agora, trata-se de explicitar a relação que o torna um narrador urbano.

Utilizarei nesta análise as considerações de Walter Benjamin sobre a figura do narrador. Se para Benjamin, o narrador é um homem que *sabe dar conselhos*, ou, intercambiar experiências, então, encontraremos aí uma primeira relação entre o *Intelectual Orgânico* e o *narrador*. Pois, o conselho é

um instrumento de conhecimento e de comunicação e, como tal, possui uma função social que é atribuir significados, ou representar uma visão de mundo e de um determinado acontecimento, pois como afirma Benjamin:

O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes.(1991, p.48)

A coletivização de experiências individuais é uma característica que permeia, também, a atuação do *Intellectual Orgânico* e, portanto, constitutiva de uma relação entre estes dois atores sociais, pois, conforme a análise de Gramsci, o intelectual orgânico possui a função dar homogeneidade e consciência a sua classe, não só no campo econômico, mas também no social e político.

Identifiquei no fazer social do João o elo que o situa como um Intellectual das *classes subalternas* portador de uma narrativa. Se o narrador através do contar e recontar uma história busca com a repetição persuadir seus ouvintes, transmitir uma experiência e perpetuá-la, o intelectual orgânico através da divulgação de verdades já descobertas (o que é senão uma forma de repetição) estaria, também transmitindo e perpetuando uma experiência.

João, através da aquisição de uma consciência crítica do mundo, ou de uma nova significação para o real; adquiridos na escola, nos cursos de

liderança cristã e na formação política implementada por uma organização de orientação marxista; adquire uma experiência ou uma narrativa que lhe permite a faculdade de dar conselhos e aglutinar os membros de sua comunidade, em torno de um enunciado representado pelo movimento comunitário.

(...) A gente fazia militância na igreja católica e vinha o pessoal que fazia parte do Movimento Comunitário conversava e acabava ingressando, quase que uma coisa meio que paralela. E juntos a gente fazia parte da Associação de Moradores.

(...) Então, teve um movimento reivindicatório, para ver se conseguia fazer com que a comunidade fosse registrada. Porque até hoje dizem que a comunidade é irregular e clandestina. E teve algumas lutas com companheiros da FAMERJ, com diversos companheiros, tentando unificar o movimento para reivindicar a posse da terra. A gente teve movimentos também, que hoje culminou, no calçamento de algumas ruas dentro da comunidade.

Este movimento social enuncia a luta pelo reconhecimento da comunidade de Rollas como um bairro proletário, ou seja, a reivindicação de uma identidade coletiva, o que significaria a conquista de qualidade de vida para os moradores dessa comunidade. Em última instância o que está em jogo é a conquista da relação de pertencimento entre a comunidade e a cidade. Aliás, a luta pelo reconhecimento da comunidade como um bairro e não como uma favela, ou como um loteamento irregular e clandestino, conforme consta

nos registros da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, indica uma disputa pelo Poder Simbólico instrumentalizada pela disputa pelo poder de nomeação.

A vivência fundamentada na coletividade encontra paralelos entre a análise de Gramsci sobre o Intelectual Orgânico e o estudo de Benjamin sobre o Narrador. Porque, no primeiro caso, o Intelectual Orgânico situa-se como uma personagem cuja atuação consiste *em mesclar-se ativamente com a vida prática enquanto construtor, organizador, persuasor permanente* (Gruppi: 1978). Já o Narrador de Benjamin, é possuidor da faculdade de intercambiar experiências, é alguém que vem de longe e tem suas raízes no povo. subalternas.

(...) Inclusive existia, não uma importação e sim uma exportação de quadros do movimento comunitário, na ocasião, para organizar outros movimentos em comunidades próximas da comunidade de Rollas. Quer dizer, a comunidade de Rollas tem um papel muito grande, inclusive, na organização de movimentos comunitários naquela Região. Inclusive teve bastante exportação de quadros, ajudando a montar em Paciência, em comunidades vizinhas, comunidades que hoje já são comunidades bem grandes.

Porém, a característica que atua como fio condutor a ligar essas duas categorias é a imagem de uma experiência coletiva que buscam fazer representar e perpetuar, tal como pensado por Benjamin.

Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila a sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). (1991, p.52)

O propósito de coletivizar experiências individuais é encontrado nas concepções de Gramsci sobre o papel do Intelectual Orgânico na difusão de novas idéias.

Criar uma nova cultura não significa apenas realizar individualmente descobertas originais; significa também e, sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, por assim dizer, e, portanto, fazer com que se tornem bases de ações vitais, elemento de coordenação, de ordem intelectual e moral. (1979, p.28)

Vejamos o que diz Benjamin a propósito do narrador:

Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único? (1991,p.52)

A convergência entre os dois pensadores vai além do sentido utilitário da sabedoria do narrador ou da verdade redescoberta do Intelectual Orgânico. Para Benjamin, *contar histórias sempre foi à arte de contá-las de novo*, assim como para Gramsci o imprescindível não é descobrir novas verdades, mas contar as verdades já descobertas. Em ambos os casos a essência está no intercâmbio de experiências, no processo de comunicação, na narrativa que se perpetua através da repetição/transmissão.

O Intelectual Orgânico ao socializar *verdades já descobertas* e o narrador ao recontar uma história estão fabricando uma narrativa e produzindo memória social.

João, por minhas observações, personifica em sua comunidade um narrador urbano, pois, como o narrador de Benjamin o seu saber é oriundo de campos sociais distantes; *é um homem que sabe dar conselhos*, ou seja, possui a faculdade de socializar suas experiências e, principalmente, tem suas raízes no povo. Outro fator que oferece subsídios para considerá-lo pertencente a essa categoria é o interesse em conservar a coisa narrada, como pode ser observado pelo gosto em ouvir mais de uma vez a cópia da fita contendo o registro da entrevista, ou nas suas conversas com vizinhos jovens e mais velhos.

A posse desse registro confirma outra perspectiva da relação narrador/intelectual orgânico, a saber, a troca experiências. Vale lembrar que,

esse diálogo com campos sociais diversos constitui-se em uma forma de lutar contra a exclusão social, pois, o principal efeito/causa da exclusão é a inexistência da relação de pertencimento entre excluído e sociedade. A exclusão é percebida não só em seu aspecto econômico, mas também social, exemplificado, na entrevista, como a exclusão da comunidade de Rollas no espaço urbano da cidade.

Em Santa Cruz, para ser assim mais geral, é um bairro bastante afastado da cidade. Nos anos 70 os governos, uns eram bem ligados à ditadura, eles tinham um interesse muito grande em limpar a cidade, então, eles construíram bastante conjuntos habitacionais na área de Santa Cruz. Conforme eu já falei, fica bem distante... Tipo assim, eu vou pegar a escória da sociedade e vou jogar lá pra cima. Analisando, a totalidade dos trabalhadores como a escória da sociedade. Aí, teve pessoas que foram mandadas lá para Vila Paciência, mais populares Favelas do Aço, Cesarão que é um conjunto que tem outro nome que fica do lado da Vila Paciência, esqueceram o nome dele agora...

Retornando às análises sobre a trajetória de João como narrador urbano, observamos que o conteúdo de sua narrativa é constituído por sua experiência e por experiências alheias. À história da comunidade de Rollas, relatada por antigos moradores ele acrescentou a sua própria experiência vivida nesta comunidade.

Esta observação é mais um subsídio para reafirmar a questão colocada que apresenta a memória como um processo permanentemente em construção. Convém ressaltar que João ao transmitir uma visão de mundo fundamentada numa visão de classe, se apresenta como um Intelectual Orgânico. Porém, ao colocar essa visão de mundo em uma disputa pelo poder de representação do real ou de interpretação do passado ele situa-se na categoria de *Poder Simbólico*.

O que observei ao longo dessa pesquisa é que o fio condutor que possibilita uma unidade entre estas duas categorias é a análise de Walter Benjamin sobre a função social do narrador nas sociedades tradicionais. Em diversos momentos da história o narrador é alguém, cuja função social é socializar, ou coletivizar, experiências individuais. Transmitir essas experiências significa disputar a hegemonia ou o Poder Simbólico, pois, trata-se de produzir memória, fabricar significados para o presente, utilizando como ferramentas as reminiscências do passado.

Fruto, também, dessa pesquisa, é a observação de que a memória das classes ou frações de classes oprimidas apresentam poucos exemplos de coleções sistemáticas materializadas em objetos. No caso de Rollas, uma das razões apresentadas por João para explicar a falta dessas coleções de objetos e documentos da memória do movimento comunitário são as dificuldades de obtenção de recursos materiais, a condição de moradores provisórios, a

ausência dos instrumentais técnicos de conservação, e a necessidade de passar a documentação para aqueles que iriam assumir as associações, como ele afirma:

...quando você tá na direção do movimento e sai do movimento
você deixa os papéis, os documentos na mão de quem vai assumir.

João não possui uma coleção de objetos materiais, porém, como um intelectual das classes subalternas, seu “acervo” é ser possuidor de uma narrativa. Como um narrador, ele é um colecionador de histórias, seu acervo constitui-se a partir da sua própria experiência, somada à experiência alheia, *seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la por inteiro* (Benjamin. 1991 p. 57).

Essa pesquisa me propiciou uma experiência riquíssima de significados. Um deles me remete a pensar a memória como vivência do passado que se apresenta como uma invenção do tempo presente. A outra, apreendida no convívio com João, me surpreende a imaginar a memória como vida que foi vivida, a pensar a história de cada indivíduo, de cada ser humano como parte de um acervo que se constituiria em um museu que é a própria trajetória da humanidade.

João, como pude observar em minha pesquisa, arremata com seu depoimento o que Benjamin conclui em seu estudo sobre o narrador, o qual é apontado como alguém que encerra o encontro do justo consigo mesmo.

Se tu não tiver sonho, rapaz, a tua vida acabou é preferível... então você tem que sonhar, eu acho que na minha idade cronológica eu nem nasci ainda, a minha proposta de vida não existe ainda na sociedade. Eu vou nascer no dia que o meu projeto... que a minha proposta de vida nascer. Entendeu? Aí eu vou estar nascendo. Hoje eu só estou fazendo parte dessa nova proposta de vida, de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Odeio os indiferentes. Acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir apenas homens, estranhos a cidade. Quem de verdade existe e vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia!!! Não é vida. A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador. É a matéria que se afogam frequentemente os entusiasmos mais esplendorosos, é o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor dos guerreiros. Odeio os indiferentes também porque me provocam tédio as suas lamurias de eternos inocentes. Peço conta a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe cotidianamente, do que fizeram e sobretudo do que não fizeram. E sinto que posso ser inexorável, que não devo desperdiçar minha compaixão, que não posso repartir com eles minhas lágrimas. Sou cidadão, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura, que estamos a construir.

(Antônio Gramsci)

Reafirmando o que foi considerado no início desta dissertação, as disputas globais são, em última análise, decididas em nível local. Pois, a referência imediata funciona como abalizadora de uma representação universal, observando que esta representação constitui-se de um fenômeno socialmente construído.

A globalização, apresentada como um fenômeno natural da evolução das sociedades, pressupõe que a história das sociedades, apresentada como

universal, seja aceita pelo universo local como a sua própria história. Este processo é apresentado por Gramsci como a hegemonia na sociedade exercida por um determinado bloco histórico, e considerado por Bourdieu como exercício do poder simbólico por uma determinada fração da classe dominante. Observo, nestas considerações, que a produção de uma representação do real é objeto de disputas entre as diversas frações de classes sociais. Essa representação torna-se enunciado quando legitimada pelo objeto da enunciação.

Neste caso, portanto, o objeto da enunciação é a comunidade local ao qual o enunciado é dirigido. O discurso para tornar-se enunciado necessita de legitimação, que é dada pelo agente que possui esse poder. Retornando à categoria que supõe a exterioridade na formação da consciência das classes subalternas, observei que na comunidade de Rollas essa legitimação é dada pelas lideranças comunitárias; no caso específico, João, que como narrador está autorizado a dar conselhos, pois, o seu saber vem de longe, o que o torna portador de capital simbólico. Isso significa dizer que o líder comunitário, aqui identificado como intelectual orgânico das classes subalternas e, portanto, porta-voz de uma coletividade, atua como mediador entre a comunidade e o Poder Simbólico, representado, aqui, pelo poder público.

(...) coloca presidente, secretário..., E aí o poder público só procura o presidente, não procura o movimento comunitário justamente pra

subestimar o pessoal que participa, pras pessoas começarem a achar que o presidente é que vai resolver tudo, e acaba que quando se organizam, tiram-se comissões e vai cobrar do poder público, aí, você ainda consegue alguma coisa.

Essa observação é fundamental para entendermos o processo de construção e legitimação de uma memória coletiva local. Localizada em uma área que anteriormente constituía uma parte da fazenda nacional de Santa Cruz, a comunidade de Rollas até os dias de hoje não possui sua situação fundiária regularizada, constando nos registros públicos como um loteamento irregular e clandestino.

Ao contrário de experiências que objetivam a construção de uma identidade através da memória coletiva de determinadas comunidades, como por exemplo, o Morro da Formiga, através do projeto Grande Tijuca de uma organização social, o IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas), e a Maré desenvolvido por uma outra organização, o CEASM, onde os processos de construção de identidade ocorrem em estágios mais avançados, essa experiência em Rollas encontra-se em sua forma embrionária. Um dos fatores que diferenciam esses três processos é o mecanismo de fabricação da memória em cada uma dessas localidades.

No Morro da Formiga, alguns moradores possuem como parte constitutiva de suas memórias individuais um acervo representado por objetos

que foram identificados por pesquisas executadas por agentes do poder público, através de projetos como pró-sanear, da CEDAE e Favela-Bairro, da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Convém observar que esses objetos, uma vez reunidos de forma sistemática, poderão constituir-se em virtuais coleções da memória da comunidade da Formiga.

Essas intervenções, de caráter urbanístico, possuem como pré-requisito para a sua implementação o conhecimento prévio da comunidade a ser atendida. Esse reconhecimento é feito, num primeiro momento, através da pesquisa sobre a história e a delimitação de lugares de memória objetivando a demarcação de pontos referenciais da localidade a ser atendida.

Na comunidade da Maré, apesar de não terem sido implementados esses projetos, o registro de sua história é executado de forma constante através do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) utilizando como instrumental, principalmente, o jornal do bairro, *O Cidadão*. O CEASM foi precedido em seu trabalho de fabricação de um referencial identitário para a comunidade pelo conjunto de Rock *Paralamas do Sucesso* com sua música *Alagados*, que se tornou um emblema nacional, inscrevendo a localidade da Maré na paisagem carioca e do Brasil.

Alagados, Trenchtown, favela da Maré

A esperança não vem do mar

Vem das antenas de Tv.

A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em que.

Eu utilizo, aqui, a categoria fabricação de referencial identitário pois, a análise desses dois casos me levou a observar que; enquanto no Morro da Formiga o processo de construção de uma memória comunitária é implementado por instituições exteriores à comunidade, através da identificação e registro dos fragmentos de coleções, delimitando, deste modo, os lugares de memória; na Maré, esse processo ocorre em sentido inverso, do interior da comunidade local, para uma comunidade regional. Porém, em ambos os casos, é patente o movimento em sentido ao estabelecimento de *fronteiras sócio-culturais* (Pollak 1989,03).

A leitura mais aprofundada do projeto Grande Tijuca, me permitiu observar que este tipo de ação social ocorre como consequência de uma mobilização que se encontra em curso na sociedade carioca. Estimulada pela necessidade de apresentar resposta à explosão da violência urbana no estado, a sociedade civil vem se movimentando no sentido de intervir, através de políticas sociais, na realidade sócio-econômico-cultural das áreas favelizadas da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado essas comunidades reagem apresentando novas formas de organização, principalmente através de ONGS e novas reivindicações, dentre elas o direito à memória. Ao pesquisar o jornal *O Cidadão*, identifiquei

a pesquisa histórica como estratégia de atuação desta entidade no sentido de produzir na Maré um encontro negociado entre o eu e o outro, uma *Zona de Contato* (Pratt.1999,p.09), utilizada aqui como metáfora para um espaço social caracterizado por inventividade e assimilação seletiva, por parte dos grupos sociais dominados, relativos aos materiais culturais transmitidos ou impostos pelas elites dominantes.

Aqui, faço um recorte para retornar à categoria de *Poder Simbólico*, para discorrer sobre uma de suas manifestações, o *Poder de Nomeação*. O Complexo da Maré, no jargão dos órgãos de segurança pública, ou bairro da Maré, denominação dada pelo CEASM, é uma referência à região que compreende as comunidades da Nova Holanda, Vila do João, Parque União, Morro do Timbáu, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, entre outras.

Os dirigentes do CEASM disputam com os órgãos públicos este *Poder*, ao nominarem como Bairro da Maré - uma região compreendida por várias comunidades, delimitadas por um espaço geográfico simbólico – o que o senso comum estabeleceu como Complexo da Maré. A estratégia utilizada por esses *Intelectuais Orgânicos* é o estabelecimento e a articulação dos diversos lugares de memória existentes nessas comunidades para reforçar o sentimento de pertencimento a uma fronteira sócio-cultural denominada Maré, fornecendo um *quadro de referências e de pontos de referências*

(Pollak. 1989,09), isto é, estabelecendo uma memória comum àquela comunidade.

Essa constatação é originária de uma observação feita às diferentes publicações do jornal *O Cidadão*, que dedica uma coluna específica intitulada memória da Maré, onde em cada número é destacada a história de uma comunidade do que hipoteticamente constitui o Bairro da Maré.

É importante destacar o sentido do movimento de integração deste espaço comunitário. O fluxo gerado por essas movimentações está direcionado do interior da comunidade para um espaço social exógeno identificado com a fronteira urbana do Rio de Janeiro, provocando uma situação que a análise cultural denomina *Cruzamento de Fronteira*. Aqui, também, a memória se manifesta como instrumento de integração social, ao permitir que as diversas memórias locais se articulem em torno de uma fronteira identitária ampliada como estratégia de sobrevivência.

O fato a ser destacado nestes dois exemplos é que, em ambos, a memória é articulada a partir de lugares de memória fragmentados, porém, pré-existentes. Tanto num quanto noutro caso, a memória é instituída a partir de elementos constitutivos de coleções fracionadas, seja o referencial documental encontrados nos arquivos da fábrica Souza Cruz e da cervejaria Cascatinha (atual Brahma), no Morro da Formiga; ou das empresas de saneamento de manguinhos, na Maré.

Na comunidade de Rollas, esses pontos de referencia são fragmentados e dispersos. A fonte de pesquisa utilizada no levantamento das reminiscências são os relatos dos moradores antigos sobre a luta pelo acesso a terra na época de ocupação da antiga fazenda da família Rollas. Aqui, convém ressaltar importância do papel do narrador na fabricação da memória de uma população que vive fora das fronteiras urbanas da cidade. A primeira iniciativa do poder público de identificação e registro desse espaço mnemônico foi o projeto favela-bairro, planejado pela prefeitura do município do Rio de Janeiro.

Este projeto possui como objeto a inclusão, no espaço urbano da cidade, de regiões ocupadas de forma irregular. O que me chamou a atenção neste tipo de intervenção foi a circunstância em que se iniciam as suas atividades, só executadas após a delimitação dos lugares de memória.

Em Rollas, esses lugares não se exteriorizam em forma de coleções materiais, pois estas se encontram fragmentadas e dispersas; neste caso, o poder público, instrumento do *Poder Simbólico* se encontra em uma situação em que é levado a recorrer aos testemunhos pessoais como forma de legitimação de uma narrativa a ser construída. É nesta conjuntura que a figura do narrador urbano adquire uma importância fundamental ao tornar-se um porta-voz desta coletividade, posto que, na qualidade de portador de uma

narrativa individual que, não obstante o seu capital social, representa uma narrativa coletiva.

Esse quadro singular merece a ressalva de uma observação feita durante minha pesquisa, que leva a considerar a possibilidade de um processo de construção de memória negociada. O poder público se apresenta em relação à comunidade de Rollas como poder dominante, que para exercer o *Poder Simbólico* necessita de um determinado capital social que o legitime a praticar o *Poder de Nomeação* inerente ao detentor do *Poder Simbólico*. Isto significa, portanto, afirmar que o município do Rio de Janeiro ao se propor a registrar a memória da comunidade de Rollas, na ausência de coleções sistematizadas, é obrigado a recorrer a relatos ou narrativas de elementos da comunidade detentores de capital simbólico que legitime a institucionalização de uma narrativa.

Esse processo de legitimação de relatos e reminiscências populares eleva a narrativa deste grupo social à categoria de memória coletiva da Cidade do Rio de Janeiro. A ocorrência deste processo pode ser observada no projeto Favela-Bairro que está sendo executado pela Secretaria Municipal de Habitação, na comunidade de Rollas. Esse projeto trabalha no sentido de incorporar os espaços urbanos não regulamentados ao plano urbanístico da cidade, através da identificação da comunidade e mapeamento das demandas elementares da população.

É durante o processo de identificação que ocorre a negociação na construção da memória. Em Rollas, como foi mencionado acima, a ausência de fontes documentais, estabelece os relatos dos moradores mais antigos como parâmetro de delimitação de uma história local que atue como referencial identitário coletivo. Diante deste quadro, onde a memória coletiva encontra-se fragmentada em memórias individuais, o poder público assume a função de elemento estruturante ou de *enquadramento* de memória, tal como proposto por Pollak.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (1988,p.09).

Conforme ressalta Pollak, *a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis* (op.cit). A movimentação da prefeitura, através do Favela-Bairro, age neste sentido ao estabelecer uma memória da comunidade de Rollas instrumentalizada por uma história oral seletiva, representada pelo

depoimento do *intelectual orgânico* ou *Narrador* que é o elemento possuidor de *capital social* que o autorize como porta-voz de uma coletividade.

A terminologia oficial que estabelece o estigma de loteamento irregular e clandestino para esta comunidade é incompatível com uma política pública de inclusão social. Então, ocorre o imperativo de fabricar uma identidade para esta localidade. Este trabalho de enquadramento da memória utiliza-se de material fornecido pela história, porém, ao tratar-se da memória feita de silêncios, do não dito, esse material não se corporifica em bens culturais de natureza material.

Ao estabelecer uma fronteira identitária fundamentada na história oral, o poder público abre um canal de negociação no processo de fabricação de uma memória coletiva para aquela comunidade. Os relatos recolhidos e instituídos como reminiscências coletivas são seletivos, haja vista que, os depoentes são selecionados dentre aqueles possuidores de capital simbólico que os legitimem enquanto porta-vozes de uma coletividade, a saber, as lideranças comunitárias. Deste modo, a memória refletirá no campo simbólico a correlação de forças na disputa política entre os diversos grupos sociais que compõem a comunidade de Rollas e o poder dominante.

Analisando o projeto da prefeitura, observei que os relatos dos moradores serviram como ponto de partida para uma investigação, por parte dos técnicos da secretaria de habitação, nos arquivos públicos e no INCRA,

objetivando a identificação de documentos que corroborassem esses relatos. Aqui, emerge a memória do opressor, identificado com a figura do antigo proprietário daquelas terras, através de recibos de compra e venda ou do processo que a família move contra a União reivindicando uma indenização.

Esse fato me induz a considerar que a memória das classes subalternas, ou frações dominadas da sociedade, não está, ao contrário das frações dominantes, alicerçadas em objetos materiais. São diversos os fatores que contribuem para esta situação, dentre eles, vale ressaltar o baixo poder aquisitivo que dificulta a aquisição e a própria preservação de objetos, tais como, fotografias, registros em filmes, registros cartoriais etc...

Assim, ao intervir nesta localidade, a prefeitura depara-se com duas referências mnemônicas, a saber, Rollas como propriedade fundiária e como uma ocupação que se tornou um bairro proletário. Através do enquadramento das duas referências, o poder público assume a função de poder simbólico ao estabelecer uma significação para aquele espaço social que a partir da constituição de uma memória arbitrada será incorporada ao tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Retornando a análise de Pollak, que recorre à tradição durkheimiana ao apresentar a memória como instrumento de definição do que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamentando e reforçando os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais, sou levado a

considerar a memória coletiva da localidade de Rollas como uma memória dialógica, visto que a demarcação desta fronteira ocorre em uma conjuntura que reflete os avanços no processo de construção de uma unidade identitária alicerçada em elementos portadores de referências culturais diversificadas.

O processo de incorporação de Rollas ao tecido social e urbano do Rio de Janeiro estabeleceu, num primeiro momento, uma relação de pertencimento delimitada por uma fronteira sócio-cultural ao transformar um loteamento irregular e clandestino em uma comunidade assistida pelo projeto Favela-Bairro. A primeira consequência desse processo é a fabricação de um referencial identitário pela utilização do *Poder de Nomeação*, a comunidade de Rollas deixa de ser um loteamento para tornar-se uma favela.

Esse é o ponto central para retomar a categoria de memória negociada, pois, apesar da denominação de favela, dada pelo poder público àquela comunidade, não ser aceita por seus moradores, que identificam o seu local de moradia como um bairro proletário que possui sua origem em um processo de luta pelo direito a moradia, o projeto se insere num contexto de reivindicações desta população. Ao aceitarem a narrativa construída por técnicos da secretaria de habitação que apresenta, numa forma resumida, a história de Rollas como a história de um loteamento ilegal que passou por um processo de favelização e que pela intervenção do poder público tornou-se um

bairro incorporado ao tecido urbano, esses moradores trazem para o campo da memória o reflexo de uma disputa política.

Esse consenso ou concessão em torno da memória ou de pontos de referência, demonstra que a memória vai muito além do ato de lembrar ou de preservar reminiscências de um passado distante. A memória coletiva é um fato social construído que expõe as diversas estratégias de sobrevivência, bem como a legitimação da dominação. Pollak, fala em uma *memória subterrânea* (*op.cit: p.8*) que numa conjuntura favorável tende a se manifestar. Aqui, a conjuntura favorável é a crise do modelo urbano excludente implementado no Rio de Janeiro, durante a década de sessenta, que originou a construção dos grandes conjuntos habitacionais da zona oeste.

Analisar quais circunstâncias se apresentam como favoráveis à manifestação dessas lembranças é aceitar a presentificação do passado, o que significa que a memória é objeto de disputa das forças políticas que atuam no tempo presente. Ao admitir esta hipótese, somos obrigados a aceitar a interpretação da memória sob uma ótica dialógica, pois, as lembranças que se perpetuam constituem a memória dos vencedores, pois estes, representam a força hegemônica numa sociedade, onde a hegemonia é objeto de disputa entre as diversas forças sociais que a compõe.

Considerar a hipótese que apresenta a memória como fabricada somente com material fornecido pela história dos vencedores, é admitir uma

sociedade estática, sem contradições ou uma história linear, pois, como afirma *Pollak (idem)*, se a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade(...) é preciso que haja uma narrativa que apresente credibilidade e legitimidade para do sistema dominante.

É neste quadro que a lembrança, o esquecimento e o silêncio são identificados como mecanismos de fabricação de memória. Observando que esse processo ocorre em um campo de lutas onde as forças conflitantes vivenciam momentos de avanços e recuos, o esquecimento é uma tática que possibilita aos contendores ignorarem as feridas da batalha, condição sem a qual nenhuma negociação é possível. Portanto, essa ocorrência é inerente ao próprio processo. As forças derrotadas silenciam suas dores, até que num próximo embate, no qual sejam vitoriosos, possam exteriorizá-las. Nestes dois casos, há que se destacar um divisor de águas; porquanto, o primeiro é ocorrência de um processo seletivo, no segundo temos de observar uma estratégia de sobrevivência. É justamente neste caso, que ocorre o que *Pollak* define como lembranças proibidas, reminiscências preservadas por estruturas de comunicações informais.

Identifiquei um exemplo desta ocorrência, em Rollas, através do comportamento do meu colaborador, durante a entrevista. Quando o assunto perpassava a questão da violência, o entrevistado baixava a voz, olhava para

os lados, e só então, falava sobre o assunto abordado. É a lei do silêncio delimitando as fronteiras do não dito. O mesmo comportamento pode ser observado em quase todos os moradores da comunidade, o que torna a violência local um tabu.

Essas lembranças são preservadas nos círculos familiares e pequenos grupos de amigos, mas no atual quadro de violência urbana se mantêm incluídas no que *Pollak* considera *memória subterrânea (ibdem)*.

Essa tendência de camuflagem de elementos antagônicos objetivando a integração de comunidades desfavorecidas em uma comunidade política, através da constituição de uma memória enquadrada, e perceptível em outras localidades como o Morro da Formiga, assistida pelo projeto Grande Tijuca, e a Maré, através do trabalho do CEASM. Convém ressaltar um caso singular representado pelo Núcleo de Orientação e Pesquisas Históricas (NOPH), que se apresentando como um articulador e difusor da história dos bairros da Zona Oeste da cidade e em especial de Santa Cruz, realiza um trabalho de memória voltado a uma concepção museológica tradicional.

O seu campo de atuação está direcionado prioritariamente para a preservação de bens culturais de natureza material, neste caso, as edificações dos períodos colonial e monárquico. Talvez essa prática focada na preservação em bens materiais que não privilegie a forma não material de existência dos objetos de memória das classes desfavorecidas

economicamente; explique a inexistência de um trabalho consistente de incorporação de comunidades recentes ao núcleo urbano de Santa Cruz. Reduzidas suas memórias ao silêncio, posto que, fundada na *Narrativa*, forma de expressão oral, as comunidades pobres do entorno do núcleo histórico de Santa Cruz encontram-se diante de um abismo identitário que as excluem de um processo de construção de memória coletiva proposto pelo NOPH.

João, como intelectual orgânico, possui a percepção da história como um processo feito de contradições e enfrentamentos entre os diversos grupos e classes sociais. Para ele a memória coletiva deve refletir o desenvolvimento dessas contradições, portanto, consegue perceber a existência desse abismo na forma de leitura do passado feito pelo NOPH.

E me parece que, aquele pessoal do NOPH de Santa Cruz, esta mais preocupado com a historia do opressor... Depois da colonização que era o papel de D. Pedro, que ia para Santa Cruz e a Maria Leopoldina... Porque o Matadouro... O pessoal tem uma coisa com a questão do Matadouro... Mas historia mesmo das comunidades... não sei, de repente eu posso ate estar equivocado, não sei . No inicio ate eles se preocupavam mais. Mas, agora nos últimos anos não vi eles se preocuparem com a historia das comunidades.

A forma de atuação dessa instituição reafirma a função de integração social da memória, haja vista que, a não compreensão desta categoria como resultado de um processo negociado, concepção presente no depoimento de

João, acima citado, origina um espaço social fragmentado onde as forças sociais se apresentam como forças conflitantes no campo da representação simbólica.

Finalizando essas considerações, as minhas pesquisas me levaram a um caminho onde pude observar a memória coletiva como objeto e instrumento de cidadania. No primeiro caso, porque ser cidadão é antes de tudo ser sujeito da história e como, tal, alguém que tem uma história para contar e ser constantemente recontada, como a figura do narrador de Benjamin. E é instrumento porque atua como suporte para a legitimação de direitos a serem reivindicados.

Em Rollas está prevalecendo a sua função instrumental, posto que, ao servir de fundamento para a fabricação de uma identidade para aquela comunidade, estabeleceu uma relação de pertencimento à cidade que funciona como suporte para legitimação de direitos. Pois, vale lembrar que, anteriormente, a qualificação daquela localidade como ocupação ou loteamento irregular e clandestino, requeria de seus habitantes a estratégia de resistência ou enfrentamento ao sistema dominante. Superada essa fase, o movimento social encontra-se numa posição em que os conflitos não mais se manifestam apenas através do confronto, mas também através da disputa pelo poder de legitimação simbólica que é percebida através das reflexões de João sobre a necessidade de preservação/transmissão das lembranças das lutas dos

movimentos sociais. Essa nova percepção pode ser compreendida como um primeiro passo, através da participação e disputa, em direção à cidadania. Ciente da necessidade de legitimação simbólica, a qual, transforma uma narrativa em memória, João não foi um objeto de pesquisa, foi acima de tudo, como mencionei no início desta dissertação um ativo co-pesquisador que acredita no potencial mobilizador, homogeneizador e integrador da memória social. Reconhecia nesta pesquisa acadêmica uma forma de adquirir novos conhecimentos, de se aproximar de moradores para conversar sobre a história local e de um reconhecimento à ideologia defendida por ele.

João mesmo fora da rede de atores sociais que trabalham com as questões ligadas a memória, como o CEASM e o IBASE, pode ser contextualizado como um sujeito que se relaciona com as demandas suscitadas por estas instituições. Percebe na memória um elemento construtor de identidades, que pode formar cidadãos conscientes de seu papel histórico e, portanto com auto-estima elevada, prontos para superar as barreiras impostas pela sociedade. Trabalha a memória social com um processo de conscientização e de libertação de seu grupo social, tal como pensado por Le Goff.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.

Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (1984,p.47).

Nesta perspectiva, João realiza a prática museal, já que seu acervo, a narrativa, é coletada, pesquisada, conservada e transmitida, em sua comunidade, pois percebe que desta forma seu discurso é legitimado, arrebatando novos adeptos, ou seja, novos militantes. São justamente estas práticas que fazem do João um tema a ser investigado em uma dissertação de Memória Social e Documento.

A mudança de tática do João, abandonando o confronto aberto com os poderes instituídos para lutar pelo controle do *Poder Simbólico*, só foi possível porque a memória é um instrumento de integração social do *Poder Simbólico*. É neste universo simbólico que as lembranças, o esquecimento e o silêncio constituem os componentes que mantêm a coesão interna e defendem as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, a saber, a memória coletiva.

As lembranças coletivas são, portanto, frutos do esquecimento e silêncio particulares; são resultados de um processo em que todos esquecem ou silenciam sobre alguma coisa, para que todos tenham algo para lembrar. Assim, lembranças, esquecimento e silêncio são como a água, a areia e o cimento, com os quais se alicerçam o edifício da memória.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A fabricação do imortal. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996

ALVITO, Marcos. As cores de Acari: Uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Em: Magia, técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura, e história da cultura. Obras escolhidas v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1991

_____. Sobre o conceito de história. Em: Magia, técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura, e história da cultura. Obras escolhidas v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1991

BERGSON, Henri. Matéria e Memória. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOBBIO, Noberto. O tempo da memória. Rio de Janeiro. Campus, 1998.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. Em: Ficções. Rio de Janeiro: Globo, 1986.

BOSI, Ecléia. Memória e Sociedade: a lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre e PASSERAN, J.C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____.Efeitos do lugar. Em: A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense,1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Em: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

CASTELLS, Manuel. Cidade, democracia e socialismo. Paz & Terra, Rio de Janeiro, 1980.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder. Em: II Encontro Internacional de Ecomuseus. Rio de Janeiro: Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, 2000.

_____. Museu, literatura, memória e coleção. Em: Memória e construção da identidade. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Cultura e democracia. São Paulo: Cortez,1989

_____. O que é ideologia? São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHINELLI, Fillippina. Os loteamentos de periferia. *Em: A habitação em questão*. Zahar, Rio de Janeiro 1980.

COLOMBO, Fausto. Os arquivos imperfeitos. São Paulo: Perspectiva, 1991.

COUTINHO, Márcia. Regularização de loteamentos. *Em: Quatro estudos*. Iplan-Rio, Rio de Janeiro 1985.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leitura de M. Halbwachs e P.Nora. *Em: Revista Brasileira de História v.13,n 25*. São Paulo, 1992.

DECCA, Edgar Salvadori de. 1930: O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1997.

DUARTE, Luís Fernando Dias. Construção social da memória moderna. *Em: Boletim do Museu Nacional n 48*. Rio de Janeiro: UFRJ,1983.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas. *Em: Aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. *Em: Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

ENGELS, Friedrich. Contribuição da problemática da habitação. *Em: Obras escolhidas*. Alfa Ômega, São Paulo 1982.

FENTRESS, James, WICKHAM, Chris. Memória social: novas perspectiva sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

FREUD, Sigmund. Lembranças encobridoras. Em: Primeiras Publicações Psicanalíticas. Obras completas. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em Nome do Rei - Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. Intelectuais e a organização da cultura. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GRUPPI, Luciano. O Conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSEN, Andreas. Memórias do Modernismo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

JACOBI, Pedro e NUNES, Edson. Movimentos populares, poder social e conquista da democracia. Em: Cidade, povo e poder. Paz & Terra, Rio de Janeiro 1985.

KONDER, Leandro. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Paz & Terra. Rio de Janeiro 1980.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. Em: Enciclopédia Einaudi. Memória-História,v.1.Lisboa:ImprensaNacional- Casa da Moeda. p.95-106, 1984.

_____. História. Em: Enciclopédia Einaudi. Memória - História,v.1. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p.158-259, 1984.

_____. Memória. Em: Enciclopédia Einaudi. Memória - História, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p.11-50, 1984

MARCUSE, Herbert. Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento freudiano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.

MARICATO, Ermínia. Política habitacional no Regime Militar. Vozes, Petrópolis 1987.

_____. Auto construção, a arquitetura possível *in* Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

MARX, K. e ENGELS. F. A ideologia alemã. Lisboa: Presença, 1975.

MORAES, Nilson Alves. Memória e mundialização: algumas considerações. Em: Memória e construção da identidade. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.

NORA, Pierre. Le lieux de la mémoire .Paris: Gallimard,1984.

NOVAES, Regina. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. Em: Fazendo a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

NUNES, Guida. Rio, metrópole de trezentas favelas. Vozes, Petrópolis 1974.

OLIVEIRA, Adolfo Samyn Nobre de. Cerzindo a Rede da Memória: estudo sobre a construção de identidades no bairro Maré.(Dissertação). Rio de Janeiro, 2003.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

PLATÃO. Fedro. Em: Diálogos V. Belém: Universidade do Pará 1975.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Em: Revista de estudos históricos, vol 2, n.3. Rio de Janeiro: FGV, 1989

_____. Memória e identidade social. Em: Estudos históricos, vol 5, n.10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

PRATT, Mary Louise. Os Olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Florianópolis: EDUSC, 1999.

PRIOSTI, Odalice Miranda. Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: Território de memória e instrumento da comunidade (dissertação). Rio de Janeiro: 2000.

ROCHA, Adair. Cidade Cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. Memória, cidade e cidadania. Em: Memória e Espaço. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Zahar, 1981

_____. Velhas novidades no modo de urbanização brasileira Em: A habitação em questão. Zahar, Rio de Janeiro 1980.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória. Em: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n 23, outubro de 1993.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. Política habitacional brasileira, verso e reverso. Ed. Cortez, São Paulo 1980.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa. Zahar, Rio de Janeiro 1980.

_____. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil Em: Corporativismo e desigualdade. Ed. Rio Fundo/IUPERJ, Rio de Janeiro 1991.

VELHO Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VERNANT, Jean-Pierre. Mito e pensamento entre os gregos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

WIRTH, Louis. Urbanismo como modo de vida. *Em: Fenômeno Urbano*. Zahar, Rio de Janeiro 1976.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. Brasiliense, São Paulo 1985.

_____ e ALVITO, Marcos (org.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ANEXOS